



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

70 1995 2002 *aniversário*

EDITORIAL • 10º CFORN • A AORN E
A MARINHA DE GUERRA • A DESPEDIDA
DO CEMA • ASSEMBLEIA GERAL
ANUAL • PRÉMIO RESERVA NAVAL
• CMG ARMANDO DA SILVA SATURNINO
MONTEIRO • NOTÍCIAS DO POLO NORTE
• NOTÍCIAS • O 10 DE JUNHO E A
LEI 9/2002 • A UNIÃO EUROPEIA, DE
NICE À CONVENÇÃO • A BIBLIOTECA DA
AORN • SAÚDE E MEDICINA • O CANTINHO
DOS POETAS • O "E-MAIL" - PARTE I • OS
GRANDES DESAFIOS DOS
OCEANOS - PARTE I • A LINHA DO CACHEU





Um privilégio

para 3000 membros

- Usufruir para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano de um desconto de 30% sobre os preços de balcão no alojamento dos **Aldeamentos Turísticos de Pedras D'El Rei e Pedras da Rainha em Tavira - Algarve**;
- Usufruir, para ti e até quatro acompanhantes, em qualquer época do ano, de um desconto de 25% sobre os preços de balcão no alojamento (dormida e pequeno almoço) nas seguintes unidades do **Grupo Hoteleiro Fernando Barata**:

Mónica Isabel Beach Club (Albufeira)

Forte de S. João (Albufeira)

Hotel Sol e Mar (Albufeira)

Hotel Suíço-Atlântico (Lisboa)

Aparthotel Auramar (Albufeira)

Hotel Sol e Serra (Castelo de Vide)

Hotel Mar à vista (Albufeira)

Hotel Dom Fernando (Évora)

Oleandro Country Club (Albufeira)

Hotel São João (Funchal)

Residencial Vila Recife (Albufeira)

- Utilizar a messe de Marinha em Cascais;
- Usufruir de condições especiais na Estalagem da Quinta de Santo António em Elvas.
- Acesso às consultas do Hospital de Marinha, a todos os associados da AORN, conjuges, ascendentes e descendentes que integrem o respectivo agregado familiar.

Em **turismo de habitação**, extensivo até cinco acompanhantes, na margem esquerda do rio Douro. Em qualquer época do ano, na Vila de Resende, com desconto de 30% no alojamento (dormida e pequeno almoço).





A. Castro Moreira
Vice-Presidente da Direcção



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

Publicação Periódica da Associação
dos Oficiais da Reserva Naval
Nº 14 • Ano VII
Julho de 2002

Administração e Redacção

Fábrica Nacional da Cordoaria
Rua da Junqueira
1300-342 Lisboa

Telefs.: 21 362 68 40 / 21 362 68 39 (Fax)

Design e paginação electrónica

M. LEMA SANTOS, LDA.

Fotolito e montagem

GRAFILIS, SA.

Impressão e acabamento

GRÁFICA MONUMENTAL, LDA.

Tiragem

3.000 exemplares



CAPITAL ASSOCIATIVO

1 – Na vida de cada empresa, não é preciso chamar a atenção para a importância do capital social, do seu montante, estágio de realização, das facilidades de reforço como de dissipação, etc. Não é concebível a vida de uma empresa sem a existência de capital social adequado às suas necessidades.

O conceito de capital social tem, porém, aplicação e utilidade fora do âmbito das empresas. E isto quer como conceito de raciocínio quer como conceito operativo.

2 – Desde há muito defendo que a vitalidade e coesão do País se constroem e reforçam muito na base da vocação e capacidade dos seus cidadãos se associarem livremente e traba-lhem em conjunto, segundo valores morais ou éticos, visando objectivos comuns, que não seriam atingíveis se não houvesse essa capacidade.

Só de passagem – e tendo sempre em vista o discurso legitimador, que o Prof. Baptista Machado incentivava – entendo por *sociedade civil*, para o efeito, o conjunto de todas as organizações que os cidadãos criam e desenvolvem, prosseguindo objectivos de interesse comum, entre a Família e o Estado.

Daí a satisfação e utilidade que tirei da leitura de Francis Fukuyama, no seu livro *CONFIANÇA – Valores Sociais e Criação de Prosperidade* (1997), quando define e justifica o uso do conceito de capital social das nações: a capacidade (e o grau de espontaneidade desta) de os cidadãos, com base em vínculos morais de confiança social, criarem e desenvolverem o conjunto de entidades activas intermédias da nação, com isto beneficiando a prosperidade nacional.

Estáramos aqui, assim, perante o *capital social nacional*, relevante para a respectiva prosperidade e para a competitividade internacional.

3 – Dentro de cada organização, no entanto, é possível também partirmos de raciocínio semelhante para apurarmos onde está e como se poderá definir o respectivo capital social. Aquilo que lhe dá força e permite realizar o seu objecto.

Falamos, agora, de capital social de *cada organização da sociedade civil*, por oposição ao capital social de *cada nação*.

No caso das associações civis, poderíamos até designar o seu capital social por **CAPITAL ASSOCIATIVO**.

Onde está e como pode ser reforçado o *Capital Associativo*?

4 – O *Capital Associativo* corresponde à facilidade com que a associação permite e incentiva o aparecimento e o trabalho dos associados activos, empenhados e competentes, e afe-re-se pelo número destes.

Entendo por *activos* aqueles associados que já fizeram algo em prol do objectivo comum. Por *empenhados* aqueles que acreditam na bondade dos objectivos comuns e têm vontade e disponibilidade de contribuir para os atingir. Por *competentes* aqueles que executam seja que tarefa for com utilidade para o objectivo comum. Esse capital é reforçado quanto mais associados houver com as características supra – os *associados relevantes para o capital associativo*.

5 – Claro que não basta o capital social para que uma empresa se desenvolva e seja lucrativa. De igual modo, também não basta um bom capital associativo para que uma associação prossiga com eficácia os seus objectivos.

Agora o que não há é uma associação capaz sem adequado capital associativo, nem uma associação viva sem cuidar do seu capital, aplicando-o correctamente, mas também reforçando-o sempre que necessário. Reconheço e defendo a importância da associação se organizar visando o aproveitamento e a potenciação do seu capital associativo, designadamente conciliando, congregando e coordenando o trabalho de cada um dos associados relevantes em tarefas comuns, progressivamente mais exigentes ou complexas, visando objectivos associativos cada vez mais ambiciosos.

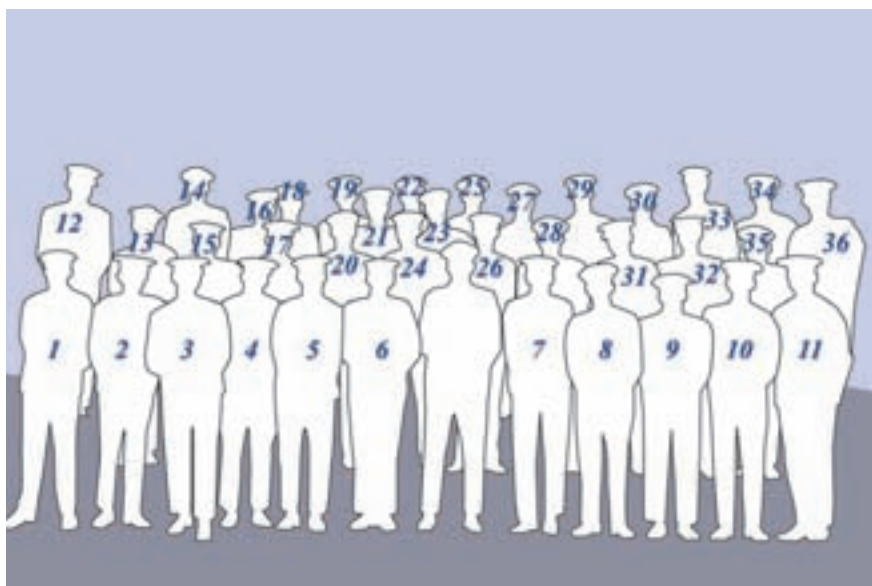
Em suma: Uma associação é tão melhor sucedida na sua actividade quanto mais e melhor for capaz de detectar, congrega e incentivar o trabalho comum de mais associados relevantes, ou seja, quanto mais forte for o seu capital associativo.

6 – Acresce que, sem prejuízo do antecedente e a partir de um determinado momento do seu crescimento, para a associação se manter dinâmica e eficaz, apresenta outras exigências. Trata-se dos requisitos de *organização* e de *lucidez* de liderança.

Organização adequada aos meios e metas temporalmente assumidos e apta a otimizar o efeito comum dos esforços individuais dos associados relevantes; *lucidez* de liderança progressivamente com mais exigência estratégica, mas sempre sem quebra do respeito pela importância do capital associativo.

7 – Os considerandos supra aplicam-se à AORN, no momento do seu 7º aniversário. Tem capital associativo, mas que importa reforçar. Exige organização e lucidez de liderança, no respeito por aquele capital. É com esta consciência que estamos a trabalhar, convidando todos os Camaradas associados a juntarem-se no movimento de reforço do nosso capital associativo.

10º CFORN



10º CFORN

- 1 – João António Lopes da Silva Leite
- 2 – João António Rodeia Peneque
- 3 – Manuel Augusto Lopes
- 4 – João Manuel Sarmento Coelho
- 5 – Albertino da Silva
- 6 – António Augusto Martins da Costa
- 7 – Raul Henrique Cardoso de Sena Belo
- 8 – António Maria Romano Barroso
- 9 – Raul Jorge Ramos de Lima
- 10 – Mário Jorge Freitas Gomes
- 11 – Fernando José T. Carvalho da Fonseca
- 12 – José Manuel Conceição Grade
- 13 – João Pedro do Amaral Alegria
- 14 – António M. Ponce de Leão Bettencourt
- 15 – José David Rodrigues Teixeira
- 16 – Alexandre Ferreira de Almeida
- 17 – Manuel Coutinho Ribeiro
- 18 – Mário Artur Rodrigues de Almeida
- 19 – José Manuel Braga Abecassis
- 20 – Armando Valentim dos Santos Silva
- 21 – Acácio Juvenal de Almeida Resende
- 22 – José Francisco Madeira Costa
- 23 – António José Alves da Rocha
- 24 – Manuel Maria Pereira da Silva
- 25 – Armando António dos Santos Martins
- 26 – José António Simões da Silva Ramos
- 27 – Cláudio José Lacerda Mendes
- 28 – José António Fiúza Fernandes
- 29 – Jorge Manuel Rodrigues Casals Braga
- 30 – Casimiro Artur Vargues Domingues
- 31 – Delfim de Carvalho
- 32 – José Carlos da Cunha Baptista
- 33 – Francisco Loureiro da Cunha Leão
- 34 – Fernando Manuel Marinheiro Correia
- 35 – José Armando Monteiro
- 36 – Carlos A. Gassman Rodrigues de Oliveira

O ano de 1967 fica assinalado pela incorporação, pela primeira vez na História da Reserva Naval, de dois cursos de formação de oficiais RN.

O 10º CFORN, alistado em 2 de Fevereiro desse ano, recebeu 38 cadetes, distribuídos pelas classes de Marinha (16 cadetes), Engenheiros Construtores Navais (1), Farmacêuticos Navais (1), uma classe introduzida pela primeira vez na Reserva Naval, Fuzileiros Navais (19) e Técnicos Especialistas (1).

Foi patrono deste curso *Diogo Gomes*, navegador do século XV da casa do Infante D. Henrique que realizou, em

1456, uma viagem aos grandes rios da Guiné Bissau e a quem se atribui a sua descoberta. Participou, com António de Noli, navegador italiano, natural de Noli, na Ligúria e que se integrou nas viagens henriquinas à costa africana, no reconhecimento das ilhas cabo-verdianas ocidentais.

Era Comandante da Escola Naval o *CALM Manuel Carlos Sanches* e foi Director de Instrução deste curso, o *CTEN Carlos Manuel Salema Stattmiller de Saldanha e Albuquerque*.

O “Prémio Reserva Naval”, por ter sido o melhor classificado de entre todos os



Contra-Almirante Manuel Carlos Sanches



Carlos Augusto Dinis Pimpão

integrantes do curso, foi atribuído ao cadete ECN **Carlos Augusto Dinis Pimpão**.

O cadete **João Pedro do Amaral Alegria** foi o primeiro RN incorporado na nova classe de Farmacêuticos Navais, tendo ingressado no Quadro Permanente e atingido o posto de Capitão-de-mar-e-guerra.

Terminado o 1º ciclo do curso, realizado na Escola Naval durante 6 semanas, todos

os cadetes iniciaram os respectivos estágios em diversas unidades e serviços da Armada. Dos 19 cadetes Fuzileiros Navais, que a partir de Abril frequentaram o curso de Especialização em Fuzileiro Especial, na Escola de Fuzileiros, 14 obtiveram aprovação e foram considerados especializados.

O juramento de Bandeira realizou-se a 8 de Setembro e a partir desta data foram os cadetes promovidos a Aspirantes, embora os da classe de Fuzileiros apenas tivessem terminado o respectivo curso em Outubro.

Por este facto, a viagem de instrução final foi dividida em duas fases, sendo a primeira para as classes de Marinha, Construtores Navais, Farmacêuticos e Técnicos Especialistas e realizou-se na Fragata “*Corte Real*”, tendo por destino os portos da Guiné, Cabo Verde, Madeira e Porto Santo. Era comandante deste navio o CFR Mário Dias Martins.

Por sua vez, os cadetes Fuzileiros realizaram a sua viagem na Fragata “*Diogo Gomes*” e visitaram a Madeira, Porto Santo e as Selvagens. Era comandante desta, o CFR António dos Santos Gaspar.

Entretanto, a Marinha prosseguia o plano de modernização e, em Julho desse ano, chegou a Lisboa a Fragata “*João Belo*”, o primeiro de uma série de 4 navios construídos em França que, com as suas 2230 toneladas de deslocamento, representava um significativo salto tecnológico. Ainda em 1967, a Marinha recebeu os submarinos *Cachalote* e *Delfim*, concluindo o apetrechamento submersível das 4 unidades da classe *Albacora* (o quarto era o *Barracuda*).

Também, deste curso, seguiram para comissões quase todos os seus componentes, como Comandantes ou oficiais Imediatos de navios, integrando Companhias e Destacamentos de Fuzileiros, ou prestando serviço em Unidades em terra, no Ultramar, nos Açores ou no Continente.

De entre estes, referimos **José Manuel Conceição Grade**, que foi Comandante do NRP “*D. Aleixo*”, **José António da Silva Ramos**, Comandante do NRP “*Algol*”, **Manuel Pereira da Silva**, Comandante do NRP “*Deneb*”, **Raul Ramos Lima**, Comandante do NRP “*Bellatrix*”, **Manuel Coutinho Ribeiro**, adjunto da Divisão de Operações do Comando Naval de Angola, **José António Fiúza Fernandes**, Imediato do NRP



José Manuel Conceição Grade



José António da Silva Ramos



Manuel Pereira da Silva



Raul Ramos Lima



Manuel Coutinho Ribeiro



José António Fiúza Fernandes



António Romano Barroso



Casimiro Vargues Domingues



José Armando Monteiro



José Madeira e Costa



NRP “Algol” – Entrega de Comando em Angola: CETEN António Fuzeta da Ponte, STEN RN Jaime Saraiva Canto Moreira (14º CFORN) e 2º TEN RN José António Simões da Silva Ramos (10º CFORN)



Um grupo de Cadetes do 10º CFORN durante a viagem de instrução, na Guiné

“Lira”, na Guiné, **Fernando Ma-rinheiro Correia**, no NRP “Boavista”, nos Açores, **Delfim de Carvalho**, no NRP. “S. Vicente”, em Angola, **Acácio de Almeida Resende**, no NRP “Fogo”, nos Açores, **António Martins da Costa**, no NRP “Corvina”, no Continente, **António Romano Barroso**, na Escola de Electrotecnia, no GR1EA, em Vila Franca de Xira, **Casimiro Vargues Domingues**, na Direcção de Serviço de Electricidade e Comunicações, **João da Cunha Baptista**, ajudante de ordens do Comandante Naval de Cabo Verde, **CALM José Alcobia Freitas Ribeiro**, **José Armando Monteiro**, no NRP “Azevia”, no Continente, **José Madeira e Costa**, no GR1EA, em Vila Franca de Xira, e ainda os Fuzileiros **Albertino da Silva**, **João Rodeia Peneque** e **Mário Rodrigues de Almeida** na Companhia nº 4, em Moçambique, **Alexandre Ferreira de Almeida**, na Companhia nº 1, em Angola, **António Bettencourt**, no DFE1, em Moçambique, **António Alves da Rocha**, em Angola, **Armando Santos Martins** e **Raul de Sena Belo**, no DFE9,

em Moçambique, **Armando dos Santos Silva** e **Cláudio Mendes**, na Companhia nº 2, em Moçambique, **Benjamim Lopes de Abreu**, no DFE22, **Fernando Carvalho da Fonseca**, em Angola, **João da Silva Leite** e **Francisco da Cunha Leão**, na Guiné, **João Sarmento Coelho**, em Angola, **Jorge Casals Braga**, no DFE3, na Guiné, **José Rodrigues Teixeira** e **Manuel Augusto Lopes**, no DFE4, em Moçambique, e **Mário de Freitas Gomes**, na Companhia nº 11, em Angola.

Em Lisboa, prestaram serviço, até ao licenciamento, **Carlos Dinis Pimpão** (ECN) na Direcção de Construções Navais e **Carlos Gassman Rodrigues de Oliveira** (TE), no Instituto Hidrográfico e ainda **João Pedro do Amaral Alegria**, no Hospital de Marinha e que iria permanecer no activo, até atingir o posto de Capitão-de-mar-e-guerra, no Quadro Permanente da Marinha.

Como curiosidade, o facto de pela primeira vez na sua história a incorporação de um curso RN não incluir cadetes da classe de Administração Naval, nem da classe

de Engenheiros Maqui-nistas Navais.

O resumido relato da passagem do 10º CFORN pela Marinha, apenas atinge o objectivo de relembrar nomes e algumas situações, durante um curto período de tempo.

A História deste Curso, feita pelos seus 38 componentes, é preenchida de actos e episódios da maior relevância, em cenários de paz e de guerra, reconhecidos publicamente em cerimónias solenes e constituindo mais um marco da maior importância para a vida de cada um e para a dignificação da Reserva Naval a que pertencem.

Também se atinge, desta forma, o objectivo de lembrar aqueles a quem, por destino, a vida foi entregue a Deus, certos de que a sua presença continua viva em cada encontro dos seus camaradas.



João Rodeia Peneque



Mário Rodrigues de Almeida



Fernando Carvalho da Fonseca



Mário de Freitas Gomes



Carlos Gassman Rodrigues de Oliveira

Cilwork/in progress
 >impressão offset
 >impressão digital
 >pré-impressão
 >criação
 >design gráfico
 >multimédia
 >web design
 >acabamento
 >expedição
 >endereçamento

tech adventures



Rua Central do Cavaleiro, 374 - Moreira
 4471-907 MOREIRA MAIA
 Tel: 22 941 61 14 - Fax: 22 941 74 92
 marsil@marsil.pt

Av. Eng.º Duarte Pacheco, Torre 2-3º/5L 1
 1070-102 LISBOA
 Tel: 21 381 54 40 - Fax: 21 381 54 59
 lisboa@marsil.pt



A AORN E A MARINHA DE GUERRA



António Caseiro Marques
18º CFORN

N um hotel de Cascais, no passado dia 15 de Março, a AORN promoveu um jantar de confraternização com o objectivo de manifestar à Marinha de Guerra Portuguesa o agradecimento da Associação pelo apoio que recebeu ao longo dos últimos cinco anos da sua existência.

A presença do Almirante Nuno Vieira Matias, Chefe do Estado-Maior da Armada, conferiu ao acto o maior simbolismo, sendo especialmente relevante a presença dos Almirantes e dos comandantes das unidades e directores dos serviços que, ao longo do referido período, mais directa e assiduamente mantiveram contacto com a Associação dos Oficiais da Reserva Naval.

Pretendeu a AORN que a saída do Almirante Nuno Vieira Matias da chefia do Estado Maior da Armada, por força do limite de tempo legal naquele cargo, fosse assinalada com um encontro em que à

Marinha, representada pelas suas mais altas patentes, pudesse ser manifestado o empenhamento da sua Reserva Naval na defesa do Mar, dos princípios que desde sempre nortearam a sua acção e da Instituição a que pertencem.

Quarenta e cinco oficiais da Armada tiveram oportunidade de conviver com uma centena de associados da AORN, testemunhando que a sociedade civil, representada nesta Associação, mantém vivo o espírito solidário e amigo iniciado quando, em plena juventude, franquearam pela primeira vez os portões da Escola Naval.

No decurso do jantar usou da palavra o Presidente da Assembleia Geral da AORN, Professor Ernâni Lopes, que se referiu ao Almirante Vieira Matias em termos muito elogiosos, dizendo, designadamente, que *“a cerimónia tinha uma componente principal de carácter sentimental, de honra e agradecimento e como destinatários a Marinha e o Almirante CEMA”*.

E as razões tinham a ver com a concepção e a acção da AORN, que se desenvolvem em sete tópicos.

Assim, Ernâni Lopes referiu-se ao carácter civilista da AORN, ao traço comum de camaradagem entre cidadãos. Em seguida falou da riqueza que *“em conjunto vamos cultivando”*, para logo citar o lema da Associação: *“E Bem Serviram Sem Cuidar Recompensa”*.

Ernâni Lopes não esqueceu a ligação e o amor ao mar, considerando ser *“decisiva a ligação em termos conscientes, uma li-*

gação estratégica, para darmos o salto em termos da natureza do raciocínio”.

Considerou ser importante que a AORN ajude a Marinha a explicar estes termos, que cada vez são menos percebidos. *“Este é um problema da História futura de Portugal”*, disse.

Outro factor a que se referiu foi o *Tempo*, para dizer que este requer capacidade de saber discernir entre aquilo que é superficial e a realidade profunda, para concluir que *“o momento é difícil e será ainda mais difícil. Não podemos dar-nos ao luxo de nos deixarmos iludir pelas circunstâncias superficiais, pois vamos agudizá-las. É perigoso entrar numa espiral descendente. Temos o dever de ler o tempo na realidade profunda. Vamos aguentar. Não vamos soçobrar, vamos preservar o que resta de energia para os próximos séculos. O nosso dever é fazer com que ganhe a realidade profunda”*.

Ernâni Lopes terminou a sua intervenção referindo-se ao serviço a Portugal da geração ali presente; o desenvolvimento dos anos sessenta, a guerra do Ultramar, a descolonização, a estabilização política e social da sociedade portuguesa no período pós 25 de Abril, a adesão à CEE, o ajustamento pós-adesão, o desenvolvimento dos anos oitenta. *“E vamos ter de fazer mais alguma coisa”*, disse. *“E são os mesmos. É a mesma geração, dos que*



Professor
Ernâni Rodrigues Lopes



Almirante Nuno Gonçalves Vieira Matias



CMG Brito Valle, CMG Joaquim Alves Gaspar e CALM Manuel Ferreira Pires



Fernando Baptista Pereira, CMG José Lopes Moreira e Rogério Bordalo da Rocha

vão dos 40 aos 65 anos”. “Esta geração”, segundo o Professor, “tem uma missão discriminante, separando alternativas e uma delas vai ficar.

Esta geração de pessoas tem de ser capaz de transmitir aos vindouros, não as manias dos anos sessenta, os lirismos, as tretas, mas sim os valores fundamentais e termos de referência. Se não o conseguirmos,

o que fizemos não dará fruto”, concluiu.

O Almirante CEMA usou da palavra logo de seguida para agradecer a homenagem e as palavras que acabava de escutar, acrescentando, entre outras coisas, que “a Marinha é muito maior do que pensam algumas pessoas”, para realçar o peso na sociedade civil daqueles que se preocupam com a Marinha e com o seu futuro. Isto está bem expreso

nas muitas associações de marinheiros existentes no país e no estrangeiro, que dão o seu contributo a Portugal, alertando para os problemas e sugerindo soluções, tentando criar uma mentalidade virada para o mar. Referiu-se em seguida à AORN “como um conjunto de cidadãos livres que honram a Marinha”.

Entendeu o CEMA dar alguns esclareci-



Pedro Norton dos Reis, João Estarreja e Manuel Morgado Sequeira



CMG Loureiro Nunes, José Pires Branco e CMG Raúl Sousa Machado



CALM Lopo Cajarabille, Dr. Valdemar Porto e Serafim Lobato



Carlos Neves Poças, Lourenço D'Orey e António Salvador Pinheiro



Marques Pinto, CALM Beirão Reis, Joaquim Carvalho e CALM Jorge Correia Jacinto



CALM Alves Correia, Rodrigues de Carvalho e CALM Primo Gonçalves

mentos em relação às notícias vindas a público, dizendo que *“a Marinha tem cumprido com honra e com orgulho o serviço ao País, mas só o pode fazer de acordo com os recursos disponíveis”*. E acrescentou: *“dudar do espírito de missão e de honradez de quem serve na Marinha, está errado e magoa-nos profundamente”*.

Citou depois o esforço da Marinha ao “or-

ganizar forças para a Guiné, em período de cinco dias, à portuguesa”, e a presença simultânea de forças da Armada em Moçambique, Bósnia e Timor, em quatro continentes, e ainda em Entre-os-Rios, no rio Douro, e na nossa costa marítima, para reafirmar que *“não podemos inventar recursos e os que o país não nos der farão apodrecer os navios e as pessoas”*.

O CEMA terminou o seu discurso dizendo que é necessário recuperar a capacidade naval que ainda existe, pois são as marinhas estrangeiras a reconhecerem e a admirarem o esforço da Armada Portuguesa, apesar das dificuldades.

O CEMA leva *“um sentimento de desgosto, desgosto sério, porque não foram atingidos os objectivos e não foi por cul-*



VALM Pires Neves, José Luís Couceiro e CALM Alves Correia



Vasco Pereira da Silva, CALM Roque Martins e José Honorato Ferreira



CALM Joaquim Espadinha Galo, Luís Mendes do Nascimento e Vasco Pereira da Silva



Alfredo Lemos Damião, Vasco Quevedo Pessanha, CALM José Leiria Pinto e Manuel Lema Santos



Rodrigues Maximiano, Forjaz Trigueiros e VALM Botelho Leal



VALM Botelho Leal, Fernando Valente de Almeida e VALM Castanho Paes

pa da Marinha”.

Deixou uma palavra de esperança: – “os portugueses sempre olharam para o mar numa visão ampla, mas torna-se necessário olhar mesmo, para descobrirmos as oportunidades que ele oferece através das ligações aos outros países com quem temos laços nas outras margens. O problema que temos é pequeno; Portugal existe há séculos,

a Marinha também e vão continuar – A Pátria Honrai, que a Pátria vos Contempla” – disse a finalizar, citando o lema que acompanha, na roda do leme, todos os marinheiros.

Ao Almirante Vieira Matias foi feita a oferta do Brasão de Armas da AORN e um quadro com a serigrafia “Rumos”, réplica do quadro a óleo especialmente pin-

tado para a Associação pelos pintores Vieira Baptista, Victor Laje e Gustavo Fernandes.

A todos os convidados a AORN ofereceu a medalha da sua fundação, um trabalho de escultura do mesmo grupo de artistas.



António Castro Moreira, VALM Vidal de Abreu e Generosa Cardoso Folga



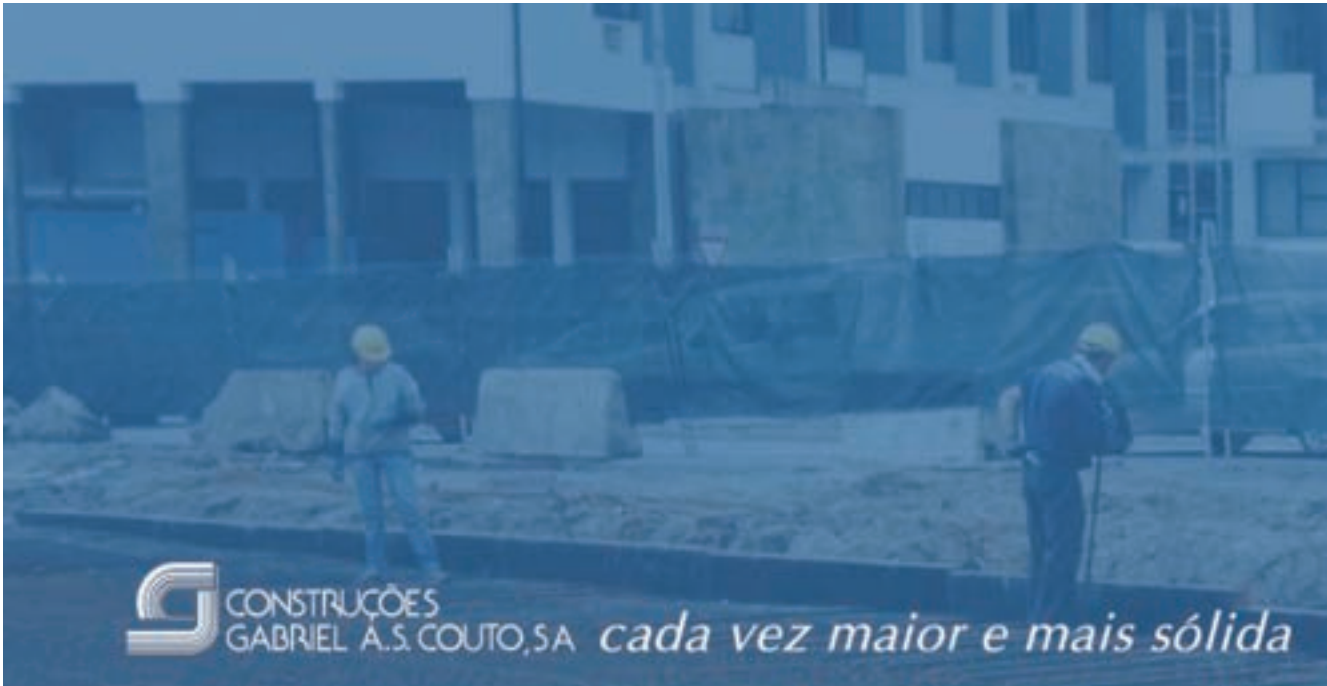
Castro Guerra, VALM Mota e Silva e Rogério Sousa Ferreira



VALM Monteiro da Silva, Alípio Dias, VALM Silva Santos e José Cruz Vilaça



Guedes de Amorim, Hibon de Campos, Oliveira Brás e António Correia de Sá

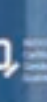


 CONSTRUÇÕES
GABRIEL A.S. COUTO, S.A. *cada vez maior e mais sólida*



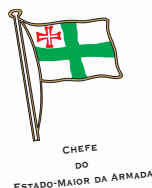
 CONSTRUÇÕES
GABRIEL A.S. COUTO, S.A.

Fages - Requillo
4764 - 970 V.N. de Fátima
cgasc@gabrielcoutho.pt
www.gabrielcoutho.pt



A DESPEDIDA DO CEMA

Na hora de cessar funções como Chefe do Estado-Maior da Armada, o Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias endereçou ao Presidente da Assembleia Geral da AORN uma carta de despedida que reproduzimos:



Exmº Senhor
Professor Doutor Ernâni Rodrigues Lopes e

Meu caro Senhor,

A poucos dias de deixar as funções de Chefe do Estado-Maior da Armada, por atingir o limite de tempo previsto na lei para o exercício do cargo, não quero deixar de me despedir da Associação dos Oficiais da Reserva Naval, na pessoa do Presidente da sua Assembleia Geral. Não o faço por mero exercício protocolar, mas antes como um gesto do coração.

Os membros da AORN são, de entre os oficiais da Reserva Naval que passaram pelas fileiras da Marinha, aqueles que ficaram mais ligados à instituição e, também, os que mais desejam preservar a memória que guardam desse período das suas vidas. A Marinha sente-se honrada com essa distinção e retribui-a com o mesmo carinho e emoção.

Ainda jovens, vestimos com orgulho a mesma farda, compreendemos o pleno significado da esfera armilar que está no centro da bandeira nacional e adoptámos como modelo de conduta o lema “A Pátria honrai que a Pátria vos contempla” que vimos gravado no bronze dos navios. Partilhámos valores de sempre, conhecemos estados de alma comuns e estabelecemos, para o futuro, uma ligação de natureza excepcional que nos anima a cumprir com dignidade o papel da nossa geração.

Senhor Professor Doutor Ernâni Lopes e muito prezado amigo, peço-lhe que transmita a todos os sócios da AORN o meu profundo reconhecimento pelos serviços que têm prestado à Marinha e ao País.

*Com o mais afectuoso e profundo
cumprimento*

Lisboa, 1.04.02

Nuno Matias
Nuno Gonçalo Vieira Matias
Almirante



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL



Mesa da Presidência da Assembleia Geral: Castro Moreira, Marques Pinto, Rodrigues Maximiano, Ernâni Lopes, Alípio Dias e Jorge Teles

No auditório do Instituto Superior Naval de Guerra, em Lisboa, realizou-se no passado dia 6 de Abril a Assembleia Geral Anual da AORN, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1º Apreciar e votar o Relatório de Actividades do ano de 2001;
- 2º Apreciar e votar o Balanço e Contas do exercício de 2001;
- 3º Apreciar e votar proposta de alteração dos Estatutos da AORN;
- 4º Apreciar e votar o acerto do valor da jóia e da quota da Associação, por força da introdução do “EURO” como nova moeda em circulação;
- 5º Apreciar e votar proposta de eleição de *Sócios de Mérito* e de *Sócios Honorários*;
- 6º Eleição dos Corpos Sociais para o biênio de 2002/2003.

Mais extensa do que nas anteriores assembleias, esta ordem de trabalhos decorreu com a celeridade habitual, dirigindo os trabalhos o *Presidente da Assembleia Geral*, **Ernâni Rodrigues Lopes**.

Os dois primeiros pontos foram apresentados ao auditório que se pronunciou pela sua aprovação.

A alteração dos estatutos visou, essencialmente, a introdução de uma nova categoria de sócios, os *Aderentes*, cuja defesa foi feita pelo *Presidente da Direcção*, **Rodrigues Maximiano** e com o objectivo de permitir a adesão de todos quantos, não sendo originários da Reserva Naval, se manifestem com o espírito desta, podendo, com o seu contributo ajudar à concretização dos nossos projectos estatutários.

Motivo de alguma controvérsia, com

sócios manifestando a sua discordância com algum receio de que a pureza dos princípios que estão na origem da AORN pudesse ser desvirtuada, foi esta proposta aprovada por maioria.

No entanto, cada sócio terá como limite a indicação de apenas três nomes para esta nova categoria.

A introdução da nova moeda europeia no sistema financeiro, foi a razão do ponto 4º da ordem dos trabalhos, sendo aprovados os valores da **quota mensal** e da **jóia** de, respectivamente, **10 €** e **100 €**.

Seguidamente, a Assembleia pronunciou-se acerca de duas propostas para eleição de *Sócio Honorário* e de *Sócio de Mérito* de duas personalidades que à AORN têm dado todo o seu apoio, contribuindo de forma sistemática e relevante para a concretização de muitos dos nossos objectivos. De referir ainda, o empenhamento e a responsabilidade das referidas personalidades nos fortes laços que unem a Marinha de Guerra à sua Reserva Naval.

A AORN sente-se muito honrada pela eleição do **Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias**, como seu *Sócio Honorário* e do **Contra Almirante Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo**, como seu *Sócio de Mérito*.

Uma prolongada salva de palmas da Assembleia assinalou estas eleições.

No início de novo biênio, e por obrigação estatutária, procedeu-se à eleição dos **Corpos Sociais** para o período **2002/2003**.



CMG Fernando Brito Vale saudando a AORN



João Padrão



Rodrigues de Carvalho



Luciano Ravara



João Sarmento Coelho



Manuel Cordovil

Pela primeira vez na História da AORN, este acto ficou assinalado pela apresentação de duas listas, lideradas respectivamente pelos associados **Carlos Marques Pinto Pereira** e **Ricardo Migães de Campos**, demonstrando a vitalidade da associação e o interesse em levar a bom porto muitos dos projectos em carteira, através de programas de candidatura diferenciados, mas claramente demonstrativos de que a Associação dos Oficiais da Reserva Naval não é uma instituição acomodada em seguir uma rota com mar chão.

Como seria de prever, uma das listas ficou em primeiro lugar e outra em segundo.

Não sendo prováveis os empates, embora não seja um resultado impossível nestes actos, os Corpos Sociais da AORN, eleitos para o biénio 2002/2003 são:

Assembleia Geral:

Presidente:

Ernâni Rodrigues Lopes

Vice Presidente:

António Henrique Rodrigues Maximiano

1º Secretário:

Paulo Henrique Lowndes Marques

2º Secretário:

Fernando Amaro Valente de Almeida

Casimiro da Rocha Barreto

Conselho Fiscal:

Alípio Barroso Pereira Dias

Vice Presidente:

José Luís da Cruz Vilaça

1º Secretário:

Alfredo Augusto de Lemos Damião

2º Secretário:

Manuel Ventura Carneiro Moreira da Silva

3º Secretário:

José Aníbal Xavier Pereira

Direcção:

Carlos Alberto Marques Pinto Pereira

1º Vice Presidente:

Francisco Manuel Craveiro Duarte

2º Vice Presidente:

António Aurélio de Castro Moreira

Vogais Efectivos:

José Gomes Honorato Ferreira

Joaquim de Oliveira Moreira

João Sales Henriques Belchior

Martinho Afonso Vilar Pereira Coutinho

Vogais Suplentes:

Jorge Manuel de Moura Vieira Teles

José António Ruivo

Manuel Lema Pires dos Santos

Generosa Maria Cardoso da Silva Folga

Mantendo a tradição, um almoço foi servido na messe de oficiais do ISNG, no final desta Assembleia. A AORN foi, mais uma vez, recebida com toda a simpatia e dignidade pela Direcção do Instituto, sendo portador de uma mensagem de boas vindas o **CMG Fernando Brito Valle** que, no início dos trabalhos, se dirigiu ao auditório.

Os agradecimentos da Associação foram endereçados ao Director da Unidade, *Vice Almirante* **José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas**.



Marques Pinto e Ricardo Campos



Almoço na Messe de Oficiais do ISNG

PRÉMIO RESERVA NAVAL



A cerimónia da entrega do **Prémio Reserva Naval**, correspondente ao ano 2001/2002, revestiu-se mais uma vez da máxima dignidade, e teve lugar no passado dia 3 de Maio, na Escola Naval, sendo presidida pelo *Vice Almirante Luís Manuel Lucas Mota e Silva*, Chefe do Estado-Maior da Armada, interino, no dia do juramento de Bandeira e entrega de espadas aos alunos do curso "VALM Magalhães Correia".

O Prémio foi instituído pela AORN para "*perpetuar e honrar a memória de um dos seus maiores, um jovem oficial da Reserva Naval morto em combate em Angola, no ano de 1973, apontando-o aos senhores cadetes, futuros oficiais da Marinha de Guerra Portuguesa, como exemplo do camarada generoso, altruísta e solidário, sempre disponível para ajudar e predisposto para dar sem cuidar compensação ou retribuição*". Recordado pela Marinha de Guerra

em cerimónia solene anual, a memória do *Sub Ten António Bernardino Apolónio Piteira* é assim perpetuada, num prémio que é entregue ao "*cadete da Escola Naval que no dia a dia melhor actue as virtudes da generosidade e do altruísmo, da disponibilidade para ajudar, da solidariedade e da sã camaradagem*".

O premiado deste ano, escolhido por votação de todos os alunos da Escola Naval, foi o cadete do 4º ano, da classe de Marinha, do curso "*Martim Afonso de Sousa*", **Nuno José Figueiredo Agreiro**, tendo procedido à respectiva entrega, em nome da AORN, o *Presidente da Direcção*, **Carlos Alberto Marques Pinto Pereira**.



Nuno José Figueiredo Agreiro



O Presidente da Direcção da AORN, Carlos Alberto Marques Pinto Pereira, na entrega do Prémio Reserva Naval ao Cadete Nuno José Figueiredo Agreiro



Na Sala Reserva Naval: o CALM Joaquim Manuel Barreiros Espadinha Galo (Sócio de Mérito da AORN) associando-se à entrega do Prémio ao Cadete Nuno José Figueiredo Agreiro



CALM Joaquim Espadinha Galo, José Pires de Lima, CAD Nuno Agreiro, Carlos Pinto Pereira e CALM António Carlos Rebelo Duarte (Comandante da Escola Naval)



Cerimónia de entrega de Prémios Escolares, presidida pelo Vice Almirante Luís Manuel Lucas Mota e Silva, Chefe do Estado Maior da Armada, Interino

PRODUTOS E SERVIÇOS

SERVIÇO ATLÂNTICO *EXCLUSIVE*



A melhor combinação de Produtos e Instrumentos Financeiros

Atlântico | *Exclusive*

Sempre atento às expectativas cada vez mais exigentes dos seus clientes, o Atlântico acaba de lançar no mercado o Serviço Atlântico *Exclusive*, uma solução inovadora que permite gerir e rentabilizar, de maneira segura, poupanças e investimentos.

A Quem se Destina

Clientes Particulares que pretendam rentabilizar e gerir o seu património, minimizando o risco e tirando partido das oportunidades fiscais e de mercado existentes a cada momento.

O Porquê

Porque a diversidade de produtos e investimentos financeiros existentes, a frequente alteração do respectivo enquadramento fiscal e as permanentes modificações dos ciclos e políticas económicas, justifica a oferta das melhores condições para a gestão do património dos Clientes, com total disponibilidade e de acordo com os seus objectivos.

As Vantagens

Acompanhamento personalizado e contínuo por um Consultor financeiro, especialmente preparado e habilitado para fornecer as melhores recomendações e produtos, em função das necessidades e objectivos individuais dos Clientes, os quais terão acesso a informação, conselho, produtos e vantagens exclusivas.

*Os Pilares do Atlântico *Exclusive**

O Serviço Atlântico *Exclusive* está assente em três pilares essenciais:

O **Consultor *Exclusive*** – Um especialista de investimentos que oferece um tratamento personalizado, com capacidade de antecipar, de forma proactiva, as necessidades dos Clientes e transformá-las em oportunidades de negócios;

O **Atlântico Investidor** – Um serviço de diagnóstico, estratégia e oferta de produtos que, mediante um software específico, permite determinar o perfil de investidor do Cliente e decidir sobre as melhores opções de investimento;

A **Conta *Exclusive*** – Uma conta de depósitos à ordem que oferece condições únicas e exclusivas, em que os Clientes podem optar por uma remuneração tradicional dos saldos à ordem ou por fazer aplicações diárias numa conta investimento. Os detentores da Conta *Exclusive* beneficiam ainda de um atendimento preferencial através da Linha Atlântico *Exclusive* e acesso a informação periódica em Newsletter *Exclusive*.

Outras informações sobre o Serviço Atlântico *Exclusive* poderão ser recolhidas em qualquer Loja Atlântico, através da Linha Atlântico, pelos telefones **21 427 2500** e **22 207 2500** ou ainda nos sites www.atlanticobcp.pt e www.cidadebcp.pt.

7º ANIVERSÁRIO DA AORN



O embarque no NRP Álvares Cabral com Herculano Ferreira (18º CFORN) e elementos do Polo Norte liderados por João Marques Fernandes (12º CFORN)



A chegada do ALM Mendes Cabeçadas recebido ao portaló pelo CALM Fernando de Melo Gomes, 2º Comandante Naval

O 7.º aniversário da AORN foi celebrado, este ano, na Fragata “Álvares Cabral” que, atracada na Base Naval do Alfeite, recebeu 210 convidados para mais uma jornada de convívio da Reserva Naval. Foi no passado dia 13 de Julho.

A presença do Chefe do Estado-Maior da Armada, **Almirante José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas**, conferiu ao evento um significado especial, demonstrativo de que a Marinha de Guerra, tal como em anos precedentes, mantém com a sua Reserva Naval uma convivência permanente.

Recebido ao portaló pelo **CALM Fernando de Melo Gomes**, 2º Comandante Naval, o Almirante Mendes Cabeçadas deu entrada a bordo às 18.30 horas.



O Comandante do Navio, CFR Luís Filipe Correia Andrade, dirigindo uma saudação à Reserva Naval



Carlos Marques Pinto Pereira, presidente da Direcção da AORN, no uso da palavra

A feliz ideia desta data ser celebrada num navio operacional da Armada permitiu a tomada de conhecimento com a actual vida a bordo, para além de proporcionar a muitos dos nossos familiares, alguns descendentes muito jovens, o contacto vivo com a realidade naval.

Disponibilizando o transporte, desde a Doca de Marinha até à Base no Alfeite, numa Vedeta, a Marinha fez recordar em “velhos marinheiros” RN dezenas de travessias realizadas em épocas distantes e marcantes da nossa juventude.

Inexcedível no apoio aos visitantes, o Comando do navio permitiu uma visita a algumas das zonas mais importantes a bordo, dando-nos a oportunidade de constatar diferenças técnicas relevantes relativamente aos navios do “nosso tempo”.

Uma descrição detalhada do navio foi-nos

dada pelo Oficial Imediato, CTEN Rosa Mendes.

A fragata Álvares Cabral é um dos três navios da classe *Vasco da Gama* (tipo MEKO 200). É um navio moderno, cuja construção teve início no ano de 1985, dotado de armamento e sensores altamente sofisticados, utilizando tecnologia militar de ponta.

De realçar, o facto de ser uma das primeiras unidades navais equipada com sistemas de lançamento de mísseis Superfície – Superfície (SS) e Superfície – Ar (AS), para além de lhe serem atribuídos dois helicópteros para luta Anti-Submarina (AS).

Tem uma guarnição de 23 oficiais, 44 sargentos e 115 praças, pertencendo ao destacamento dos helicópteros, 4 oficiais, 5 sargentos e 9 praças.



O ALM Mendes Cabeçadas, com João Luís Gomes Durão (14º CFORN)



Pinto Pereira assinando o Livro de Honra do Navio



A presença do Sócio Descendente nº 1, João Maria Teixeira Paula



Joaquim Falcão Reis (26º CFORN) e João Malheiro (22º CFORN)



Ricardo Migães de Campos (11º CFORN) e Alfredo de Lemos Damião (15º CFORN)

O navio tem um comprimento de 115,9 m, um calado de 6,0 m e desloca 3200 toneladas. Utilizando 2 motores Diesel, cada um com 3600 Kw, atinge a velocidade de 20 Nós ou, fazendo uso de 2 turbinas de gás, cada uma com 19700 Kw, ultrapassa os 32 Nós.

Na sessão de boas vindas o Comandante do Navio, **CFR Luís Filipe Correia Andrade**, saudou a AORN e manifestou o agrado pela oportunidade de ter a bordo tantos oficiais da Reserva Naval de quem a Marinha guarda tão gratas recordações e, com os quais se estabeleceram laços da mais profunda amizade ao longo de décadas.

O Presidente da Direcção da AORN, Carlos Marques Pinto Pereira, agradecendo as palavras do Comandante Correia Andrade referiu, a dado passo, que “a AORN e a

Marinha se confundem nos princípios e nos valores e se prolongam, transversalmente, na sociedade civil, quase se fundindo na História mais recente do País e ninguém pode esquecer o contributo operacional e também civilista que a Reserva Naval prestou à Marinha, como ninguém esquecerá, seguramente, o privilégio que os cerca de três mil que somos teve, quando beberam na Armada tais princípios e tais valores, de tal forma que vêm orientando a nossa forma de estar na vida”.

Referindo que cada um dos oficiais da Reserva Naval “é um Embaixador da Marinha”, lembrou que “o PIN da AORN se ostenta na lapela por esse País fora, em salas de conferências ou, porventura,

em gabinetes do poder e quando é reparado o brilho do Golfinho e da Rosa dos Ventos, há sempre oportunidade para perguntar: – Isso é da Marinha, não é?”

Agradeceu, seguidamente, ao Chefe do Estado-Maior da Armada a atenção que vem prestando à AORN e que “de há muito vem demonstrando que é um dos nossos e para quem vai toda a nossa gratidão e afecto”.

Estendeu ainda os agradecimentos ao Comando do navio, ao Comando Naval, Comando da Flotilha e da Base Naval, “permitindo a invasão tranquila das suas zonas de segurança” e, na sua intervenção, o Presidente da Direcção não esqueceu o apoio dado por todos os presentes,



Vista geral do encontro durante o jantar

sem os quais não haveria “certamente brilho no nosso 7º aniversário”, do mesmo modo que referiu todos os que se deslocaram de zonas afastadas de Lisboa, nomeadamente os do Norte e dos Açores, elogiando ainda as “jovens colaboradoras, sentinelas alertas dos nossos incómodos controlos e antipáticas cobranças.

Uma palavra de reconhecimento ao nosso pessoal da taifa, a empresa Uniself e à sua Directora Operacional e correspondente equipa, pela boa vontade que revelaram, prolongando, para além do previsto, a fita de tempo programada para esta comemoração.

Por fim, lembro todos quantos já embarcaram para viagens de outras vidas, e por lá ficaram, quiçá, em parte incerta.

De cá lhes prestamos as nossas homenagens. Um dia, por lá nos encontraremos de novo...”

O Comandante Correia Andrade ofereceu à AORN a cresta do NRP “Álvares Cabral” – Brasão de Armas com o escudo de prata, com duas cabras de púrpura uma sobre a outra, coronel naval de ouro forrado de vermelho, sotoposto listel de prata ondulado com a legenda em letras negras, maiúsculas, tipo elzevir – NRP “ÁLVARES CABRAL”.

Ao navio, foi oferecida a cresta representativa do emblema da AORN, golfinho de prata sobre rosa dos ventos azul e prata, sotoposto listel de prata ondulado com a legenda em letras negras, maiúsculas, “ASSOCIAÇÃO DOS OFICIAIS DA RESERVA NAVAL”.

A cada um dos oficiais da guarnição foi oferecida a medalha comemorativa da fundação da AORN.

Terminado o jantar, o regresso a Lisboa fez-se na Vedeta, até à Doca de Marinha, onde atracou pelas 23.15 horas.



José Honorato Ferreira (11º CFORN), Martinho Pereira Coutinho (8º CEORN) e José António Ruivo (21º CFORN)



Rabindranath Capelo de Sousa (11º CFORN) uma presença assídua nas comemorações da AORN



No momento do arriar da Bandeira

CMG ARMANDO DA SILVA SATURNINO MONTEIRO



BIOGRAFIA

Nasceu a 14 de Julho de 1923, na freguesia de Paranhos, concelho do Porto. Veio para Lisboa em 1933, tendo frequentado os liceus de Camões e de Pedro Nunes, bem como os “Preparatórios” da Faculdade de Ciências.

Promoções:

Cadete 15-09-1942; Guarda-marinha 1-03-1945;

2º Tenente 1-03-1946; 1º Tenente 31-03-1954;

Capitão-tenente 12-01-1960; Capitão-de-fragata 31-03-1967;

Capitão-de-mar-e-guerra 1-07-1974;

Reserva (por motivos de saúde) 12-04-1976;

Reformado 9-11-1990

Louvores e Condecorações:

Medalha Militar de Serviços Distintos (ouro); Medalha Militar de Serviços Distintos (prata); Medalha Militar de Mérito Militar (2.ª classe); Ordem Militar de Aviz (Comendador); Medalha Militar de Comportamento Exemplar (ouro); Medalha Comemorativa das Campanhas (Norte de Angola 1963/65); Medalha Comemorativa das Campanhas (Moçambique 1972/74); Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais (Timor 1945); Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais (Índia 1955/56); Medalha Naval Comemorativa do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique (prata); Ordem de Mérito Naval do Brasil; Ordem de Mérito da República Italiana (cavaleiro)

Principais Comissões:

1942/43 – Sagres (Cadete) – Cabo Verde, Buenos Aires e Montevideo; 1943/45 – Escola Naval (Cadete) – Ressureição do CNOCA; 1945/46 – Gonçalo Velho, Bartolomeu Dias, Gonçalves Zarco (Guarda-Marinha) – reocupação de Timor, levantamento hidrográfico do porto de Dili; 1946/47 – Dão, Lima (Chefe de Serv. de Artilharia) – Costa Portuguesa, Açores; 1947/48 – Escola de Alunos Marinheiros (Instrutor); 1948/49 – Escola de Artilharia Naval (Aluno do Curso de Aperfeiçoamento); 1949/51 – Bartolomeu Dias – Açores, périplo de África; 1951/54 – Escola de Alunos Marinheiros (Instrutor) – visita aos EUA, reorganização da E.A.M.; 1954/55 – Escola de Mecânicos (Ajudante) – visita aos EUA, reorganização da E.M.; 1955/57 – Gonçalves Zarco (Chefe de Serv. Artilharia) – Índia e Macau; 1957/58 – Vouga, Tejo (Imediato) – manobras em Londonderry e Gibraltar; 1959/63 – Escola Naval (Instrutor de Infantaria e Comandante de Companhia); 1963/65 – S. Vicente (Comandante) – Angola; 1965/68 – Escola de Alunos Marinheiros (Director de Instrução); 1968/72 – Escola Naval (Professor de Organização e Arte de Comando, Política e Estratégia e História Marítima e Comandante do Corpo de Alunos); 1970 – Vera Cruz (Capitão de Bandeira) – viagem de Luanda para Lisboa; 1972/74 – Comando da Defesa Marítima de Porto Amélia (Comandante e Capitão do porto); 1974 – Escola Naval (Imediato); 1975 – 2ª Repartição da Direcção de Serviço do Pessoal (Chefe); 1977-90 – Centro de Instrução por Correspondência (Director até 1980 e daí para diante, colaborador “ad hoc”) – organização do Centro; elaboração dos cursos programados de Matemática Básica (60 lições), Geografia Básica (22 lições), Saúde e Trabalho (23 lições), Mundo Actual (23 lições), Organização e Gestão (10 lições); 1988 – Academia de Marinha (Membro correspondente); 1990 – Academia de Marinha (Membro efectivo); 1994 – Academia de Marinha (Membro emérito); 1994-98 – Presidente da Comissão Científica da História da Marinha

Obras publicadas:

- Preparar o Futuro, Viver o Presente, edição do autor, Lisboa 1980
- Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (8 volumes), Sá da Costa, Lisboa 1990/1997
- Liderança de Pessoal, edição do autor, Lisboa 1999
- Organização do Ensino, edição do autor, Lisboa 2000

ENTREVISTA COM O CMG ARMANDO DA SILVA SATURNINO MONTEIRO



A História da Reserva Naval está ligada ao CMG Armando da Silva Saturnino Monteiro desde que o 2º CEORN entrou na Escola Naval, em 1959. Como Comandante da Companhia de Alunos e Instrutor de Infantaria, e mais tarde como Professor de diversas matérias, o Comandante Saturnino é figura de referência para centenas de oficiais RN.

Símbolo do rigor e da disciplina, com a particularidade destas qualidades se aliarem mais ao cumprimento correcto das tarefas, à lealdade e à camaradagem, e menos ao simples aprumo militar, que sendo embora de considerar, nunca a Marinha entendeu como qualidade prioritária.

É aliás conhecida na Marinha, a frase: “Se é preciso organizar, o Comandante Saturnino resolve”.

Conversador, contador de histórias e profundo conhecedor da História, de há muito que a Revista da AORN esperava a oportunidade para um encontro com o Comandante Saturnino Monteiro.

Na sua casa, em Oeiras, num intervalo da sua constante dedicação aos livros, mantivemos uma conversa informal, sem retórica complicada, apenas e só com o objectivo de registar algumas opiniões que trouxessem mais algum conhecimento para a História da Reserva Naval.

E foi assim:

AORN – O Senhor Comandante acompanhou, praticamente desde o início, a integração da Reserva Naval na Marinha de Guerra Portuguesa. Na altura, e como oficial do QP, como encanou esta decisão?

CMG SM – Sempre pensei que a “Reserva Naval” foi uma ideia particularmente feliz que, por razões fortuitas acabou por pôr ao serviço da Armada o melhor da Juventude do país, o que muito contribuiu para que pudesse desempenhar satisfatoriamente as funções que lhe couberam durante a Guerra do Ultramar.

Creio que não se estaria a pensar, na altura da sua criação, no que viria a ser a questão do Ultramar. O pensamento ia possivelmente para as missões no âmbito da NATO e era visível que a Marinha tinha falta de gente, por força da expansão da NATO e do que esse facto representava, por se terem criado mais serviços a ela ligados.

A criação da Reserva Naval veio resolver o problema da falta de oficiais subalter-nos, sem agravar a situação que resultaria de um aumento dos efectivos dentro do Quadro Permanente, o que indiscutivelmente iria entupir o acesso às promoções e reduzir o nível qualitativo dos alunos da Escola Naval. A entrada de uma elite como foi a dos cadetes da Reserva Naval, resolveu de forma superiormente inteligente uma série de problemas, e é certamente caso único na nossa História a mobilização de tão grande número de militares, por escolha selectiva de entre o que de melhor existia no universo universitário.

AORN – Ao longo dos anos, em contacto com os oficiais da Reserva Naval, qual a opinião que tem destes?

CMG SM – Tive sob o meu comando, na Escola de Alunos Marinheiros, no São Vicente, em Porto Amélia e no CIC, oficiais da Reserva Naval de quase todas as classes, de quem fiquei com a melhor das impressões, sob o ponto de vista profissional e pessoal. Recordo na E.A.M., o Sousa Santos, a quem chamavam o “Comodoro”, e no São Vicente, o

Garcia Bentes, um oficial esplêndido. Mas muitos outros me deixaram uma belíssima recordação e a certeza de que constituíam, na realidade, um grande reforço para a Marinha.

Como professor dos cadetes da Reserva Naval, tive o privilégio de lidar com uma elite intelectual que não será fácil voltar a reunir em qualquer outro tempo, ou em qualquer outro lugar.

AORN – Sendo uma figura com uma imagem de rigor e que impunha disciplina, é recordado, no entanto, entre os RN, como um oficial com muita simpatia e elevada noção de justiça.

Esse modo de estar tem que ver com o seu carácter ou era uma necessidade por estar numa Escola cuja disciplina se exigia mais do que em qualquer outra Unidade?

CMG SM – Não me considero um oficial “disciplinador” mas sim um oficial com elevada capacidade de organização, honesto e entusiasta pela carreira que escolheu. A respeito da “disciplina”, sempre pensei que não é sinónimo de “obediência cega”, mas que não pode deixar de ser um requisito essencial de qualquer militar, embora reconhecendo que a disciplina tem muito menos importância na Armada do que no Exército ou na Polícia.

O importante é existir organização, tão perfeita quanto possível. A disciplina virá, naturalmente, como consequência inevitável. Considero mesmo que a disciplina é um sub-produto da organização.

Quando na E.A.M. consegui criar uma organização baseada nos ensinamentos recolhidos da visita que fizera aos Estados Unidos da América e aos métodos em uso nas suas escolas, com horários rigorosos, turmas distribuídas por professores certos, livros e toda uma série de regras bem determinadas, verificou-se, algum tempo passado, que as penas disciplinares se tinham reduzido drasticamente. É a prova do primado da organização sobre o da disciplina.

AORN – Tendo passado grande parte da

sua vida de oficial superior em terra, nomeadamente como professor, considera que foi sacrificado a um ideal marinho e que esse facto o prejudicou na carreira?

CMG SM – Considero que a minha carreira foi a carreira normal de um oficial de uma Marinha pequena, alternando as comissões de embarque com as comissões em terra. A propósito da vida embarcado, lembro que fui dos poucos oficiais que esteve em todas as antigas províncias do Ultramar, incluindo São João Baptista de Ajudá, quando em 1951 prestava serviço no Bartolomeu Dias e este navio efectuou o périplo de África. A minha carreira não foi prejudicada por nada, nem por ninguém. Se não tivesse tido um problema grave de saúde em 1975, seria certamente promovido a Comodoro.

Devo dizer que naquela altura essa promoção nada me interessava. Tinha a noção clara de que a Marinha, depois da perda do Ultramar, teria de ser necessariamente uma Marinha muito diferente da minha Marinha e que, portanto, não me entusiasmava.

Confesso que se não tivesse sido por razões de saúde não teria pedido para não ser promovido, mas dadas as circunstâncias e uma vez que essas razões eram um facto, acabei por ficar contente.

Estando indigitado para a Superintendência, iria passar por situações muito complicadas que na altura se viveram em todos os sectores da vida nacional e na Marinha também, relacionados com os chamados saneamentos de pessoal.

AORN – Considerando o tempo de serviço em terra e nos navios, qual a fase da vida de que guarda melhores recordações?

CMG SM – Sem dúvida as fases em que fui comandante de um navio de guerra em operações (São Vicente), comandante da Defesa Marítima de Porto Amélia, em que tive sob as minhas ordens directas mais navios e unidades de fuzileiros do que a maioria dos oficiais gerais de então e como Director de Instrução da E.A.M. onde preparei milhares de jovens para servir na Armada, em tempo de guerra.

Curiosamente, posso acrescentar que guardo as piores recordações do tempo passado em comissão na Escola Naval. Não na primeira comissão em 1959-1963, mas mais tarde, por volta de 1969-70, como resultado da frequência de alunos infiltrados com ideias anti militar e anti ultramar, com situações de incoerência entre quem escolhe a vida militar e se comporta, simultaneamente, como anti militarista.

Foi, no entanto, nesse período que tive o privilégio de ter como alunos os cadetes da Reserva Naval que, como referi, dificilmente se voltará a reunir, numa mobilização, com o nível intelectual que apresentavam.



AORN – Desde o século XV que a História de Portugal se confunde com a História da Marinha.

Que opinião tem o senhor Comandante acerca da forma como a Marinha se ocupa da sua História, nomeadamente a mais recente?

CMG SM – Penso que a Armada apenas presta atenção aos Descobrimentos Marítimos, ignorando praticamente a História Militar da Marinha, o que não me parece correcto.

Tentei contrariar esta tendência com a publicação das “Batalhas e Combates”.

Que me lembre, apenas o Almirante Botelho de Sousa, o Almirante Costa Quintela e o Comandante Marques Esparteiro trataram estes aspectos, embora seja de louvar a decisão, que no âmbito

da Academia de Marinha se tomou, de levar por diante o projecto da História Oral da Marinha, referente ao período de 1958/1975 e sobre as acções no Ultramar.

É, inclusivamente, um aspecto da maior importância para o conhecimento da nossa História, contado de forma mais livre e aberta, uma vez que determinados aspectos ficam na memória ou caem no esquecimento de quem os viveu, porque não podem ser relatados por escrito.

Tenho verificado que os acontecimentos relatados passados anos da sua ocorrência, não são já relatos fiéis, aumentando as imprecisões que de outra forma se evitariam.

É assim a realidade, mas não há dúvida que se poderia evitar se houvesse a preocupação de “tratar da História” todos os dias.

AORN – Qual o comentário que se lhe oferece sobre o facto do Navio Escola Sagres, abatido em 1962, ser hoje um Museu na Alemanha, onde o período em que esteve no activo e integrou o quadro dos navios de guerra portugueses, se encontra bem documentado?

CMG SM – Penso que só se deve conservar um navio como peça de museu quando isso não represente um encargo financeiro significativo para a Armada.

Se os aspectos da rentabilização destas peças de museu não forem acautelados, não são apenas as entradas de visitantes que poderão manter estes navios.

No caso da Sagres ainda bem que o mesmo se encontra tratado e contribuindo para a propaganda de Portugal, embora seja um caso que nos poderia ajudar a pensar na importância e na viabilidade de também nós salvaguardarmos a memória do nosso património naval.

Estou a pensar inclusivamente, na Fragata D. Fernando II e Glória, que não tem merecido do país o tratamento adequado.

AORN – Se o nosso património é assim tão mal tratado por nós, embora neste caso outros nos respeitem, que justificação encontra para a existência de uma chamada Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses?

CMG SM – A Comissão dos Descobrimientos destinava-se a comemorar os quinhentos anos dos Descobrimientos da Índia e do Brasil. Creio que se desempenhou razoavelmente dessa tarefa no que toca à publicação de numerosas obras relativas a esse período, trabalho que fica para o futuro e desse projecto tive algum conhecimento pelos contactos mantidos, no início da sua actividade, com o primeiro Presidente da Comissão, o Comandante Serra Brandão. No que toca ao aproveitamento que poderia ter feito da Expo 98, parece-me que foi bastante infeliz, como se houvesse vergonha de tratar da nossa História.

AORN – Sendo o Senhor Comandante um estudioso da História, como encara o facto do edifício da Fábrica Nacional da Cordoaria não albergar um Museu em que, no mínimo, a História da própria Cordoaria ali estivesse contada?

CMG SM – Penso que o edifício da Cordoaria deveria ser aproveitado para museus, bibliotecas, exposições, etc. relacionadas com a Marinha, mas sem que isso representasse um encargo financeiro significativo para a Armada.

Já sei que vai ser inaugurado um polo de memória relativo à História do edifício, mas o problema é sempre o da falta de meios para manter e conservar um espaço para o qual são necessários grandes recursos financeiros. É necessário grande dinamismo para se conseguir rentabilizar o espaço, mas não vejo que ele exista neste campo.

Longa ia já a conversa com o Comandante Armando Saturnino Monteiro, mas com o relato de episódios que nos fizeram esquecer o tempo já passado.

Curiosa foi a descrição do tempo em que prestou serviço no Centro de Instrução por Correspondência, com um relato revelador do entusiasmo com que levou a cabo a tarefa de elaboração dos cursos programados e que nas notas biográficas se referem, contando-nos a sua “ambição

de poder contribuir para uma revolução no sistema de ensino, desejando que a Marinha introduzisse os novos métodos nos cursos de sargentos e praças, passando estes a serem adoptados pelos outros ramos das Forças Armadas e daí resultar a sua aceitação nas escolas civis. Aliás, como aconteceu diversas vezes em que na vida civil se adoptaram métodos experimentados com êxito nas Forças Armadas. Infelizmente a Marinha não pegou na ideia”.

Cumpriu-se o nosso desejo de trazer à memória RN, a figura do Comandante Armando da Silva Saturnino Monteiro.

Para quem o conhece e com ele conviveu na longa ou curta passagem pela Marinha de Guerra, será certamente um reavivar de memória e a lembrança de muitos episódios marcantes desse mais ou menos longínquo tempo.

Para quem não teve o privilégio de se “cruzar” na vida com o Comandante Saturnino, aqui fica esta despretenhosa apresentação e o agradecimento pela amizade e consideração que sempre demonstrou pela Reserva Naval.

Manuel Lema Santos (8º CEORN)

José Pires de Lima (4º CEORN)



O Comandante Saturnino Monteiro, acompanhando o Ministro da Marinha ALM Quintanilha Dias no Juramento de Bandeira do 4º CEORN, em 1962

NOTÍCIAS DO POLO NORTE

O Núcleo do Norte da AORN, baptizado de **POLO NORTE**, nasceu num encontro realizado na estalagem do Lidador, em 6 de Dezembro de 1999.

Empenhado na abertura de uma sede cujo projecto poderá ser concretizado a curto prazo, o Núcleo reúne-se periodicamente, em cada uma das segundas 5^{as} Feiras de cada mês, na sede da AEP (*ex-AIPortuense*), na Avenida da Boavista, nº 2671 (*cruzamento com a Av. Marechal Gomes da Costa, no Porto*), desde Janeiro de 2000.

O encontro/jantar tem lugar às 20.00 horas e as marcações poderão ser feitas de véspera, através dos telefones 22 6158504 e 91 7513649 (senhores Artur ou António Costa).



Tendo como pretexto a convivência, a presença crescente de RN's justifica a discussão de temas fora do âmbito das realizações da AORN e, no próximo encontro, a realizar depois do período de férias, a 12 de

Setembro, o António Aurélio de Castro Moreira, RN do 22º CFORN, Vice-Presidente da Direcção da AORN e Auditor dos cursos de Defesa Nacional, será o apresentador e coordenador do tema em discussão, *“A Defesa Nacional e as Forças Armadas”*.

Fortemente empenhado na dinamização das suas actividades, foi criado um grupo liderado pelo Fernando Camisão, o qual já apresentou um programa de realizações que irá certamente dar um impulso importante na vida deste Núcleo, com especial atenção à nossa juventude. Não esqueçamos que a geração que nos segue se estima em 8000 jovens, que têm como traço comum um Pai ou Avô que foi oficial da Reserva Naval.

Contam-se por várias centenas os oficiais da Reserva Naval que habitam e exercem a sua actividade profissional na região Norte do País. Muitos serão contemporâneos de alguns dos membros do nosso grupo de contacto, cujos nomes se encontram no quadro destaques ao lado.

Contactos:

João Marques Fernandes	(12º CFORN)	91 7601832
Sérgio Tavares de Almeida	(20º CFORN)	91 4287854
João Sérgio dos Santos Cardoso	(22º CFORN)	91 9471883
Fernando Manuel Garcia Camisão	(25º CFORN)	96 3039220
Mário Alberto Aires Martins	(25º CFORN)	91 7240020
Manuel Ventura Moreira da Silva	(25º CFORN)	91 9645011
Joaquim de Oliveira Moreira	(25º CFORN)	91 7814402
Joaquim Falcão Reis	(26º CFORN)	93 9320853
Carlos Neves Poças	(39º CFORN)	96 4013011
Arito Ferreira	(39º CFORN)	96 2714707

Estabelece ligação e junta-te ao Polo Norte, na **Defesa do Mar**.

condições especiais de venda e atendimento para os sócios da AORN interessados em adquirir viatura destas marcas.



Daewoo

A.V.S. – Automóveis Vendas e Serviços Lda.
Rua Tenente Valadim
4560 – Penafiel



Honda

A.V.S. – Automóveis Vendas e Serviços Lda.
Rua Tenente Valadim
4560 – Penafiel



Sócios da AORN residentes ou a trabalhar em:

Amarante, Baião, Fafe, Famalicão, Felgueiras,
Guimarães, Lousada, Marco de Canavezes,
Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel e Vizela.

Amarante, Baião, Lousada,
Marco de Canavezes, Paços de Ferreira,
Paredes, Penafiel.

Contacte-nos através dos números: Telefone: 255729770 | Telemóvel: 919678145

NOTÍCIAS

Breves notícias das presenças da AORN:

- 07-01-2002** No Gabinete do *Almirante* CEMA, Almirante Nuno Gonçalo Vieira Matias, num almoço de trabalho.
- 29-01-2002** No Instituto Superior Naval de Guerra num painel subordinado ao tema “*A nova dimensão do terrorismo e as implicações no quadro da segurança internacional*”, moderado pelo Professor Adriano Moreira e sendo oradores os Professores Gomes Canotilho, Dias Farinha e João Salgueiro.
- 13-02-2002** Num almoço preparatório do protocolo a estabelecer com a AORN, para livre acesso dos sócios da Associação ao Museu de Marinha, a convite do respectivo Director, *Comandante* Adriano Beça Gil.
- 21-02-2002** Na Sociedade de Geografia de Lisboa, no debate promovido pela Comissão de Relações Internacionais, sob o título “*As informações nas relações internacionais antes e após 11 de Setembro*”, sendo oradores o Embaixador João Manuel Guerra Salgueiro e o Dr. Rui Carlos Pereira.
- 06-03-2002** No Museu da Marinha, no lançamento da emissão filatélica “*500 Anos do Nascimento de Pedro Nunes*”.
- 14-03-2002** Na Biblioteca Central de Marinha, na apresentação da obra “*Lá de Longe*”, do Comandante Oliveira Lemos.
- 12-04-2002** No Corpo de Fuzileiros, na cerimónia comemorativa do *Dia do Corpo*.
- 03-05-2002** Na Escola Naval, na entrega do *Prémio Reserva Naval/STEN FZ RN António Bernardino Apolónio Piteira* e na cerimónia do juramento de Bandeira e entrega de espadas aos alunos do curso *VALM* Magalhães Correia.
- 07-05-2002** No Palácio de Belém, na cerimónia de tomada de posse do actual Chefe do Estado-Maior da Armada, *Almirante* José Manuel Garcia Mendes Cabeçadas.
- 20-05-2002** Na Praça do Império, nas cerimónias comemorativas do *Dia da Marinha*.
- 25-05-2002** No Palácio dos Congressos da FIL, no Concerto pela Banda da Armada, integrado nas cerimónias do Dia da Marinha.
- 19-06-2002** Na Sociedade de Geografia de Lisboa, na sessão solene comemorativa do 1º centenário da morte de Mouzinho de Albuquerque, em que foram oradores o *General* António Martins Barrento e o Professor Martim Albuquerque.
- 20-06-2002** Na Escola Naval, na cerimónia de entrega de Comando, do *CALM* António Carlos Rebelo Duarte para o *CALM* Carlos Alberto Viegas Filipe.



27-06-2002	A convite do Chefe do Estado-Maior da Armada, na sede da Companhia de Seguros Lusitânia, no Palácio de Porto Covo, na cerimónia de apresentação pública da obra inédita de SM o Rei D. Carlos, <i>“Aves de Portugal”</i> .
02-07-2002	Na Biblioteca Central de Marinha, na cerimónia de apresentação da obra <i>“Setenta e Cinco Anos no Mar”</i> .
03-07-2002	Na Base de Fuzileiros, na cerimónia comemorativa do <i>Dia da Unidade</i> .
16-07-2002	No Museu de Marinha, na cerimónia de apresentação da obra <i>“Fragata D. Fernando II e Glória”</i> , do Comandante Ferdinando Simões e do Dr. Manuel Leitão.
18-07-2002	Na Academia de Marinha, na sessão cultural em que o Embaixador vitalício do Brasil, Dr. Dário de Castro Alves, apresentou uma comunicação subordinada ao título <i>“As actividades marítimas no Velho e Novo Testamento”</i> .
26-07-2002	Na Escola de Fuzileiros, na cerimónia de Juramento de Bandeira e imposição de boinas a alunos dos cursos de formação de praças.
29-07-2002	A convite do Director do Museu de Marinha, na inauguração do <i>“Núcleo Memória da Fábrica Nacional de Cordoaria”</i> .

Com o intuito de promover uma cada vez maior aproximação entre a AORN e a Marinha, o Clube Náutico dos Oficiais e Cadetes da Armada – CNOCA procedeu, em Assembleia Geral, à alteração dos seus estatutos de forma a permitir a adesão de uma categoria de sócios em que se enquadram os associados da AORN. Essa categoria tem a designação de sócios auxiliares, sendo-lhe consignados os seguintes direitos:

- Utilizar as instalações do Clube e as suas embarcações nas condições estabelecidas;
- Concorrer às competições desportivas em que o Clube se faça representar;
- Assistir aos festivais e outros eventos organizados pelo Clube, nas condições que forem estabelecidas;
- Frequentar os cursos ministrados (vela, natação, mergulho), nas condições que forem estabelecidas (especialmente destinadas aos filhos dos sócios);
- Sugerir à Direcção quaisquer medidas que julguem de interesse para o bom nome e prestígio do Clube;

- Usar os distintivos do Clube.

E os seguintes deveres:

- Contribuir para o progresso e engrandecimento moral e material do Clube;
- Cumprir e fazer cumprir os Estatutos, regulamentos e normas em vigor;
- Pagar as quotas estabelecidas (valor actual 1,65 €);
- Responsabilizar-se pelos prejuízos causados por si ou sob sua responsabilidade no material e bens do Clube.

O CNOCA dispõe ainda de uma secção de **GOLFE**, que tem um acordo privilegiado com o Clube de Golfe da Aroeira, podendo os associados da AORN entusiastas deste desporto, que entretanto se fizerem sócios do CNOCA, beneficiar de idênticas condições.

Para obter a qualidade de sócio auxiliar do CNOCA, e assim poderem beneficiar das inerentes vantagens, os associados da AORN deverão solicitar ao secretariado a respectiva ficha de inscrição.



NOTÍCIAS

Conforme referido no corpo desta revista, os sócios da AORN que se tornem também sócios do CNOCA podem, para além das outras vantagens mencionadas, beneficiar da utilização do Clube de Golfe da Aroeira em idênticas condições. Para os associados da AORN entusiastas deste desporto, indicam-se seguidamente algumas das condições que se consideram mais vantajosas, no acordo celebrado entre o CNOCA e a SILGOLF:

Executive Greenfee			
Cartões (jogadores em campo)	Jogadores por grupo	Preço unitário	Preço total
8	16	787,50 €	12.600,00 €
16	32	722,00 €	23.100,00 €

Cada jogador extra	
8 cartões	502,00 €
16 cartões	480,00 €

Lições de Grupo	
10 lições no Driving Range de 60 minutos	
5 pessoas	174,00 €/pessoa
8 pessoas	109,00 €/pessoa

Com o objectivo de se constituir uma base de dados da Secção de Golfe da AORN bem como do CNOCA, de forma a facilitar os contactos para a organização das diversas actividades relacionadas, solicita-se aos interessados que preencham, destaquem e enviem o formulário que se segue para a sede da AORN. Ser-lhes-á então enviada a ficha de inscrição de sócio do CNOCA.

Para mais esclarecimentos, podem os interessados contactar o secretariado da AORN.

Consultas na Internet em www.cnoca.org



ASSOCIAÇÃO DOS
OFICIAIS DA
RESERVA NAVAL

Secção de Golfe

Sócio nº: _____

Nome: _____

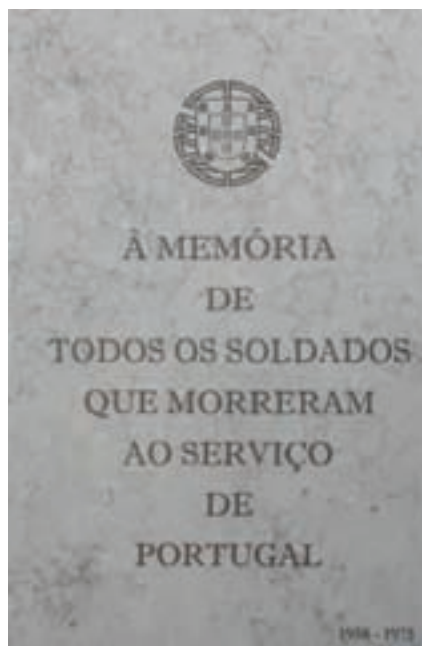
Telefone: _____ Telemóvel: _____

Morada: _____

Localidade: _____ Código Postal: _____

Recorte este cupão e, depois de devidamente preenchido, envie-o para a AORN – Associação dos Oficiais da Reserva Naval,
Fábrica Nacional da Cordoaria, Rua da Junqueira, 1300-342 Lisboa

O 10 DE JUNHO E A LEI 9/2002



Retenho na memória o dia 10 de Junho como o expoente anual das cerimónias evocativas de factos, histórias e feitos que guindavam, ao podium das medalhas e condecorações, personagens de todos os quadrantes sociais.

Homenageados publicamente por mérito pessoal, encontravam nas artes, nas letras, nas ciências, na cultura em geral ou até no simples exercício da cidadania uma forma de expressão superior.

O próprio serviço militar, obrigatório ou não, passou a enquadrar maioritariamente aquelas cerimónias, por via de uma guerra mantida em diversas frentes durante 13 anos.

A efeméride, de cariz marcadamente militar, evocava heróis que, defendendo a Pátria, se distinguiram ou tombaram por actos de bravura, coragem ou sacrifício justificativos da homenagem.

Na Praça do Comércio e em muitos outros locais do País perfilavam-se os militares a distinguir, de diversos postos e ramos das Forças Armadas.

Também presentes viúvas, filhos, irmãos, pais ou familiares daqueles que, caídos ao serviço da cidadania que com a vida defenderam, tinham deles herdado a representação.

Era assim o Dia de Portugal – Dia de Camões.

Com a extinção dos conflitos além-mar e o consequente redimensionamento, as Forças Armadas foram sendo adaptadas a outro tipo de missões, pretendendo-se continuar a representar o garante da soberania nacional, assumir os compromissos internacionais e dar cumprimento às tarefas que lhes passaram a estar cometidas no apoio à sociedade civil.

O escoar do tempo, sempre cúmplice do esfumar lento do sofrimento, encontrou na ausência de vontade política o melhor aliado para fazer esquecer aos vivos o direito a perpetuar a memória dos mortos.

Para com os diminuídos físicos e os que, de forma mais ou menos aparente, escaparam incólumes, a solidariedade manifestada na reparação de injustiças e no direito ao reconhecimento de serviços

prestados ao Estado ou como parte integrante da História, foi assaz escassa até há bem pouco tempo.

A construção de um Monumento aos Combatentes do Ultramar, junto à Torre de Belém, paradigma da homenagem aos militares portugueses, veio culminar num conjunto de medidas, para as quais várias organizações de ex-combatentes conseguiram apoio institucional e político, após porfiadas diligências.

A Lei 9/2002 é disso o exemplo mais tangível.

Este ano, no dia 10 de Junho, consagrado como sendo também o do 9º Encontro Nacional dos Combatentes, cedo e durante toda a manhã, mais de um milhar de ex-combatentes dos diversos ramos das Forças Armadas, acompanhados ou não por familiares, convergiram para Belém.

Reputei o facto de importante e fui, só. Nuns casos a simples presença, noutros cabeças encimadas por boinas de fuzileiros, paraquedistas ou comandos, algumas nas cabeças dos netos. Não faltou quem empunhasse bandeiras e guiões de unidades, em representação de associações dos mais diversos locais, medalhas no peito, reencontros também.

Bancadas com literatura de referência e fotos da época, tendas militares, muita cor, quiçá um ar de festa moderado; para encerramento a possibilidade de participar num almoço convívio, preparado e servido igualmente no local...





Entreí na tenda da Manutenção Militar e não resisti à tentação de comprar uma ração de combate, em tudo semelhante a algumas que me serviram de alimentação, no Cacheu.

No final da manhã, a participação da fanfarrinha – neste caso a Banda do Exército – os toques de clarim, as palavras exaltando a homenagem, um minuto de silêncio pelos mortos em combate, a cerimónia religiosa e as flores – a emoção.

De repente, senti uma estranha sensação de isolamento. Preferia-me recolhido.

Procurei o Piteira por entre os quase 9000 nomes das lápides evocativas e lá estava ele no topo, ano de 1973.

Senti-me simultaneamente envergonhado e orgulhoso.

Afinal não estava só.

Manuel Lema Santos

8º CEORN



Em 11 de Fevereiro, foi publicada no Diário da República – I Série-A, a **Lei nº 9/2002** que regula o regime jurídico dos períodos de prestação de serviço militar de ex-combatentes, para efeitos de aposentação e reforma.

A referida Lei abrange os **ex-combatentes**, subscritores da Caixa Geral de Aposentações ou beneficiários do Sistema de Solidariedade e Segurança Social, na situação de reforma ou aposentação, os **deficientes militares** e aqueles que já efectuaram o pagamento das quotizações ou contribuições referentes ao tempo de serviço militar, e que se encontrem nas seguintes condições:

- Tenham sido mobilizados entre 1961 e 1975, para Angola, Guiné e Moçambique;
- Que se encontravam na Índia aquando da invasão do território;
- Que se encontravam em Timor-Leste entre o dia 25 de Abril de 1974 e o da saída das Forças Armadas Portuguesas daquele território;

– Sejam oriundos do recrutamento local abrangidos pelas condições anteriores;

– Os militares dos quadros permanentes abrangidos por qualquer das situações anteriores.

Os requerimentos devem dar entrada, na **Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional**, Avenida Ilha da Madeira nº 1, 1400-204 Lisboa, ou nos Postos Consulares, até **31 de Outubro de 2002**.

Informações:

Linha Azul: 808 201 381

(chamada local – dias úteis das 10h-12h e das 14h-16h).

Atendimento presencial:

Nos dias úteis das 9h30 às 17h, na Rua Gonçalves Zarco nº 5, 1400 Lisboa (ao lado do edifício do Ministério da Defesa Nacional) e ainda em alguns Centros de Recrutamento, Unidades Militares e Delegações das FA.

Endereço electrónico do Ministério da Defesa Nacional:

antigoscombatentes@dgprm.mdn.gov.pt



Também a nossa homepage na Internet pode ser consultada em:

<http://www.terravista.pt/baiagatas/2176>

Mantém actualizado o teu e-mail e utiliza o da AORN para comunicares connosco:

aorn95@mail.telepac.pt

A UNIÃO EUROPEIA, DE NICE À CONVENÇÃO

UMA CONSTITUIÇÃO PARA A EUROPA?



José Luís da Cruz Vilaça
15º CFORN

I. Os antecedentes e o enquadramento da reforma

De CIG em CIG (leia-se: de *conferência intergovernamental* em *conferência intergovernamental*), as instituições europeias têm evoluído à procura de soluções que possam dar resposta aos desafios que enfrentam.

Trata-se de encontrar um perfil que lhes permita adaptar-se à evolução do mundo e da própria Europa; mas trata-se, mais do que isso, de perseguir, sob pena de crónica depressão institucional, uma identidade inacabada e imperfeita.

No **Acto Único Europeu** lançaram-se as bases para a realização do chamado mercado único ou mercado interno europeu e preparou-se a primeira reforma de fundo no sistema jurisdicional comunitário, com a criação do Tribunal de Primeira Instância.

Em **Maastricht**, instituiu-se a UEM, que conduziu ao euro, como moeda única europeia. Por outro lado, a Comunidade abandonou o restrito âmbito da economia para entrar, decididamente, no campo da política: criou-se a União Europeia; abordaram-se, nos II e III pilares, a política externa e de segurança e a cooperação em matéria judicial e policial; definiram-se o conteúdo e as condições de exercício da cidadania europeia; introduziu-se no Tratado o princípio da subsidiaridade como princípio “constitucional” de repartição de poderes entre a Comunidade e os

Estados-membros. Ao mesmo tempo, “democratizou-se” o processo de produção legislativa com a participação directa do PE através do procedimento de co-decisão, alargou-se o âmbito da maioria qualificada na tomada de decisões do Conselho, instituiu-se o princípio da responsabilização da Comissão perante o PE e prosseguiu-se a reforma dos tribunais comunitários.

O **Tratado de Amsterdão**, resultado possível de uma CIG-96 privada da inspiração de Jacques Delors, promoveu a “comunitarização” de quase todo o III Pilar, reforçou a democraticidade da construção europeia pela referência aos direitos fundamentais e ao respeito do Estado de direito pelas instituições e pelos Estados-membros, criando mecanismos de suspensão dos direitos de participação em caso de violação grave da democracia num Estado-membro. Ao mesmo tempo, o papel do presidente da Comissão era valorizado e instituiu-se um mecanismo de flexibilidade, aparentemente indispensável ao prosseguimento da integração numa Comunidade alargada: o mecanismo das *cooperações reforçadas*.

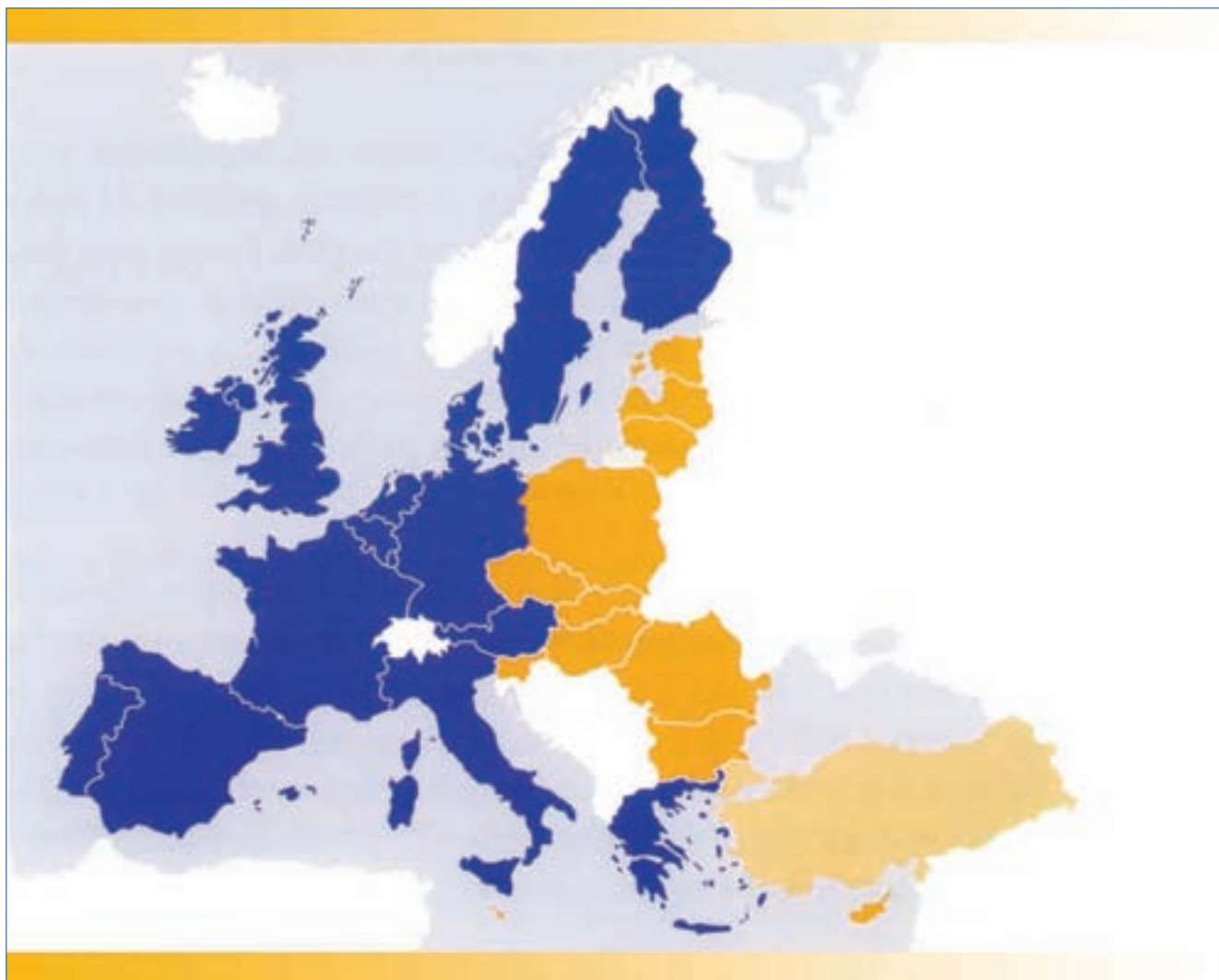
Houve duas coisas que o Tratado de Amsterdão deixou por fazer. Por um lado, embora tenha reenumerado os artigos do Tratado e eliminado velhas disposições transitórias ou obsoletas, não procedeu a uma simplificação do Tratado que tornasse a sua leitura apetecível por qualquer cidadão.

Por outro lado, Amsterdão não preparou as instituições para o futuro alargamento da União, como haveria de ter feito em cumprimento do mandato preciso conferido em Protocolo anexo ao Tratado de Maastricht. Os chamados “*left-overs*” de Maastricht converterem-se assim em “*left-overs*” de Amsterdão, deixados como legado para o Conselho Europeu de Nice.

Nice nasceu, contudo, sob mau signo. Logo no Protocolo de Amsterdão sobre as instituições se tornou clara a clivagem entre grandes e pequenos países, que uns e outros procuraram resolver através de uma troca contra natura do segundo membro da Comissão, a que os cinco grandes tinham direito, por uma reponderação de votos ou uma dupla maioria no Conselho de ministros. Ainda por cima, a perspectiva de um alargamento a 12 novos Estados-membros (em que avulta uma larga maioria de pequenos Estados) perturbava substancialmente a definição de equilíbrios institucionais desejados por todos, agravando a tensão entre a representação demográfica e a representação unitária dos Estados-membros. Em contrapartida, é certo que a aplicação da regra da unanimidade em tais circunstâncias se tornaria qualquer decisão praticamente impossível.

A heterogeneidade de pontos de vista havia-se, de resto, instalado entre os Estados-membros. Os de fora do euro mantinham-se reticentes, ainda por cima confrontados com a angústia de futuros referendos sobre a adesão à moeda única. O Luxemburgo nem queria ouvir falar de voto por maioria qualificada no domínio fiscal. A sinergia entre a França e a Alemanha marcava passo. A Bélgica re-





Os quinze Estados-membros da actual União Europeia
 Países candidatos com os quais já foram iniciadas as negociações de adesão
 Países candidatos com os quais as negociações de adesão ainda não foram iniciadas

cusava-se a reconhecer à Holanda um estatuto diferente do seu. A Espanha dava provas de pouco entusiasmo europeu.

Ainda por cima, depois da crise da Comissão Santer, a instituição encontrava-se, no início da gestão Prodi, sem chama nem guia seguro; e o PE, no rescaldo das eleições de 1999, achava-se polarizado ideologicamente entre o PPE (de novo maioritário) e os socialistas, limitado na sua capacidade de encontrar consensos fundamentais.

A atitude generalizada tendia a desvalorizar o alcance das negociações em curso, relegando-as ao nível de ajustamentos de carácter técnico. O recurso a “sábios” de encomenda (R. von Weizacker, J.L. Dehaene e Lord Simon) não produziu resultados dignos de nota.

Não admira, por isso, que nenhum desígnio fundamental tenha presidido aos trabalhos de Nice. Ainda por cima, os irlandeses recusaram-lhe a ratificação, o

que deixa, pelo menos, em suspenso a validade de tudo o que foi decidido.

Não vale a pena, portanto, perder muito tempo com a sùmula do decidido. Ao fim e ao cabo, o mais importante do Tratado talvez se encontre em vários dos seus anexos (protocolos ou decisões).

Mas, verdadeiramente, Nice valeu pelo pós-Nice, como melhor se verá adiante.

Vale a pena, no entanto, recordar as principais modificações então decididas, até porque não é teoricamente impossível que o Tratado seja ratificado por todos e possa entrar em vigor.

Em primeiro lugar, quanto aos *left-overs* de Amsterdão:

- a) o âmbito de aplicação do voto por maioria qualificada foi alargado, mas em matérias de menor importância⁽¹⁾;
- b) no Conselho, em vez de optar entre a reponderação dos votos e a dupla

maioria, o Tratado combinou as duas, de forma extremamente complexa⁽²⁾, tornando mais difícil alcançar a maioria e mais fácil⁽³⁾ atingir a minoria de bloqueio;

- c) quanto à Comissão, o compromisso foi manter um comissário por Estado-membro até ao número de 27, passando a partir daí o número de comissários a ser inferior ao de Estados-membros, por rotação entre estes; além disso, reforçaram-se formalmente os poderes do presidente sobre a organização da Comissão e a condução dos seus trabalhos, mas formulou-se a exigência de um acordo da maioria dos comissários para levar um deles a demitir-se, em vez de bastar (como era o caso desde o início da Comissão Prodi) um pedido do presidente. A conclusão é, pois, sobre estes pontos, bastante reticente.

Quanto ao PE, a negociação limitou-se a um regateio entre grandes e entre pequenos países, à custa sobretudo dos candidatos à adesão. Alguns destes (Hungria e República Checa) já protestaram contra o peso que lhes foi reconhecido, o que, em todo o caso, deverá justificar alterações a introduzir nos acordos de adesão.

As condições para o lançamento de cooperações reforçadas foram simplificadas (mas não sem ambiguidades), sendo certamente o III Pilar (justiça e administração interna) o seu âmbito de eleição. Quanto ao II Pilar (política externa e de segurança), mantém-se aí o direito de veto, excluindo-se, das cooperações reforçadas as questões de defesa ou com implicações militares.

Neste último âmbito, a principal novidade reside na criação de um Comité de Política Externa e de Segurança (COPS), com o objectivo de estimular a coordenação das decisões de política externa e militar. Não é, contudo, evidente como se articulará a sua actividade com a do COREPER, para além de a sua institucionalização, como órgão permanente, poder conduzir a uma certa “militarização” da política externa da EU.

Em matéria de política comercial externa, não se introduziu clareza no sistema: alargou-se o domínio de competência exclu-

siva da Comunidade, mas em conjugação com a manutenção da regra da unanimidade.

O sistema jurisdicional comunitário conheceu, por sua vez, algumas reformas, destinadas a conferir-lhe maior operacionalidade e capacidade de resposta, designadamente através da possibilidade de criação de “secções jurisdicionais” para julgar certos tipos de causas, associadas ao Tribunal de Primeira Instância, cujo papel foi igualmente reforçado.

No âmbito da protecção dos direitos fundamentais, a crise nas relações com a Áustria levou a flexibilizar o accionamento da cláusula de sancionamento de um Estado-membro em caso de violação ou risco para a democracia, prevendo-se um mecanismo de aviso prévio, bem como a audição do Estado em causa e um relatório independente, antes de qualquer decisão. Mas a Carta Europeia dos direitos Fundamentais não foi inserida no Tratado, apesar das pressões nesse sentido.

Finalmente, se, para realização do espaço de liberdade, segurança e justiça, se ampliou a extensão do voto por maioria qualificada, tal foi feito segundo três diferentes modalidades, que muito complicam o sistema legislativo neste âmbito. Reforçaram-se as condições de cooperação em matérias judicial e policial, pela

instituição, no Tratado, de EUROJUST, ainda que numa base puramente intergovernamental; mas não se criou, como era reclamado, um ofício comunitário de acusador público no domínio das fraudes e da corrupção.

Em suma: mal preparada, mal conduzida e mal negociada, a CIG-2000 não deu frutos que se vissem e pode passar à História como uma oportunidade perdida.

Cedo o perceberam alguns espíritos mais lúcidos, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Joschka Fischer, que, logo em Maio de 2000, abriu o debate sobre as futuras instituições da Europa. Tal lucidez acabou por transmitir-se aos outros políticos presentes em Nice, que anexaram ao Tratado uma Declaração nº 23, a anunciar nova CIG para 2004 e a incitar ao debate sobre o futuro da Europa.

É sobre esse debate, articulado em torno da Convenção, que gostaria de reflectir na segunda parte deste artigo, a publicar no próximo número da nossa Revista.

José Luís da Cruz Vilaça

- (1) De particular importância para Portugal é o facto de as decisões relativamente aos Fundos estruturais se manterem na regra da unanimidade praticamente até 2013.
- (2) Maioria de votos (ponderados), maioria de Estados, eventualmente ainda maioria da população.
- (3) Sobretudo numa Comunidade de 27 Estados-membros, e portanto contra as necessidades do alargamento.

OS PAÍSES CANDIDATOS A ESTADOS-MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA

	BULGÁRIA Capital: Sófia População: 8,2 Superfície: 111 PCH: 4,7		LITUÂNIA Capital: Vilnius População: 3,7 Superfície: 65 PCH: 6,2		ROMÉNIA Capital: Bucareste População: 22,5 Superfície: 238 PCH: 5,7
	REPÚBLICA CHECA Capital: Praga População: 10,3 Superfície: 79 PCH: 12,5		HUNGRIA Capital: Budapeste População: 10,1 Superfície: 93 PCH: 10,7		ESLOVÁQUIA Capital: Bratislava População: 5,4 Superfície: 49 PCH: 10,3
	ESTÓNIA Capital: Tallin População: 1,4 Superfície: 45 PCH: 7,7		MALTA Capital: La Valeta População: 0,4 Superfície: 0,3 PCH: 8,8		TURQUIA Capital: Ancara População: 64,3 Superfície: 775 PCH: 5,9
	CHIPRE Capital: Nicósia População: 0,8 Superfície: 9 PCH: 17,1		POLÓNIA Capital: Varsóvia População: 38,7 Superfície: 313 PCH: 7,8	Legenda: População em milhões Superfície em 1000 Km ² PCH = Poder médio de compra por habitante	

Reproduções e elementos recolhidos de publicações autorizadas da Comissão Europeia (Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias), com data de Setembro de 2001

A BIBLIOTECA DA AORN



A angariação de livros e documentos destinados à nossa Biblioteca, é uma das tarefas a que a AORN tem dedicado cuidada atenção.

A quase totalidade dos volumes que a constituem, cerca de 650 títulos nesta data, resultou de doações diversas, de sócios, serviços e unidades da Marinha, de oficiais da Armada para quem o projecto desta Associação merece o maior dos carinhos e também de entidades públicas que corresponderam ao apelo feito pela Associação.

A Biblioteca do *Comandante Artur Coral Costa*, primeiro Director de Instrução da Reserva Naval (1º e 2º CEORN), a colecção sobre as Batalhas Navais, editada e oferecida pelo *Comandante Armando Saturnino Monteiro*, algumas das mais importantes edições da Comissão Cultural de Marinha, dezenas de publicações editadas pela Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, incluem alguns raros e valiosos exemplares, constituindo um património de que a Associação se orgulha, podendo vir a ser, quando utilizado rotineiramente pelos nossos associados, um polo de estudo de grande interesse.

Até ao momento, por circunstâncias absolutamente ocasionais, os títulos mais correntes abordam a temática marítima, embora outras áreas se encontrem representadas

em obras de nível técnico e científico elevado.

Ao assinalarmos a existência da Biblioteca, e sobre ela deixarmos este comentário, move-nos o objectivo de apelar aos leitores da Revista da AORN para que se não desfaçam de algumas obras que todos nós, por vezes, não sabemos onde arrumar no espaço reduzido que nos resta das nossas próprias casas.

Algumas vezes são vendidas obras por atacado, ou mesmo em pequenas quantidades, que pouco ou nenhum lucro trazem, pese embora o valor cultural que possam ter.

Se cada um dos sócios da AORN tiver presente que a geração que nos segue, filhos e netos, já nesta altura se estima em cerca de 8000 almas, poderemos contribuir para um local de estudo de altíssimo valor apenas com uma pequena contribuição individual.

O apelo aqui fica, em simultâneo com a sugestão de, em cada aniversário da AORN, que ocorre no dia 14 de Julho de cada ano, cada associado fazer oferta de um livro destinado à Biblioteca.

E se quem considerar que se encontra em dívida, passados que são sete anos desde a nossa fundação, poderá acertar o calendário no aniversário deste ano.



MEDICINA E SAÚDE NAVAL



Luciano Pinto Ravara
6º CEORN

Se há um campo em que o país se pode orgulhar de ter sido pioneiro, é precisamente este.

D. João II, verificando a alta mortalidade dos marinheiros idos ao Norte de África nas naus, tratou logo de organizar, no litoral algarvio, pequenos hospícios que lhes dessem guarida e tratamento.

Com a abertura, vinte anos depois, do *Hospital de Todos-Os-Santos*, foi transferido para Lisboa o internamento hospitalar requerido. Com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, já no tempo de D. Manuel, as armadas passaram a levar “Físico”, e depois “Solorgião” e

“Boticário”, que improvisaram, em “poção” seco, a “Botica”.

Desde cedo foi necessário assegurar a evacuação dos feridos em combate para as fustas com toldo, onde o “Solorgião” fazia pequenos tratamentos, ou mesmo intervenções cirúrgicas.

Nas praças africanas, ao Norte de Moçambique, até à Índia – Coxim – anexo às fortalezas, criaram-se poços de água doce, improvisando a engenharia sanitária que só nasceria dois séculos depois.

A maior mortalidade verificada na Goa Velha e que muito contribuiu para a sua evacuação, foi causada por repetidas epidemias de tifo ou cólera – ao tempo difíceis de diferenciar – mau grado o cuidado existente na armazenagem e escoamento das fontes de água doce.

Foi a partir de Coxim, cujo primeiro governador foi um amigo pessoal de Albuquerque, de nome Tomé Pires, que se introduziu, em pleno século XVI, o uso de plantas ou extractos vegetais na farmacopeia ocidental e que se propagou posteriormente a Macau, Malaca e Pequim, a arte das drogas criadas por Garcia de Orta, que promovia serões semanais de ensino médico a que se julga ter assistido

o grande Camões, que mencionaria tão nobre arte nos Lusíadas.

Aleixo de Abreu, Cristóvão Costa e Froes foram outros cirurgiões de nomeada que escreveram tratados difundidos já durante o domínio dos Filipes, tanto em Castela como nos Países Baixos.

Foi com os Jesuítas, em plena corte imperial, que juntamente com a astronomia, a medicina ocidental com cariz luso-indiano passou a ser do conhecimento dos mandarins e dos notáveis da corte. Simultaneamente, a cirurgia avançada foi por eles levada a Tanegashima e a Nagasaky.

Dada a dificuldade em obter produtos ocidentais nessas paragens, os portugueses estudaram e aproveitaram as plantas dessas regiões, que passaram a abastecer as “Boticas”, quer de bordo quer das fortalezas, ou dos hospitais, e que eram da responsabilidade directa do vice-rei ou do governador, conforme está relatado nas cartas de Afonso de Albuquerque ao rei D. Manuel, estando eventualmente na origem da detenção e castigo de Luís de Camões em Macau, quando foi *Provedor dos Defuntos* naquelas paragens.

Estamos em crer que, tal como na artilharia, a eficácia das medidas tomadas no campo da higiene e da prática médica, foram a chave da superioridade de escassos quatro ou cinco mil homens, colocados em lugares estratégicos, sobre as tropas turcas ou do Indústão.

Com o progressivo declínio do domínio português, agora filipino, nessas longínquas praças orientais, passou tal esmero a ser praticado nas armadas enviadas por D. Afonso VI e D. Pedro II para a reconquista das cidades costeiras do nordeste brasileiro, assistindo-se à abertura de modernos hospitais de que ainda hoje há vestígios no Recife e em S. Luís do Maranhão, embora aqui à mistura com a influência holandesa ou francesa.





Em Lisboa e até ao seu desaparecimento em finais do século XVIII, o *Hospital de Todos-Os-Santos* continuaria a formar físicos, cirurgiões e enfermeiros que exerceriam, indistintamente, quer a bordo das caravelas, quer nas fortalezas costeiras ou nas cidades do interior, embora se tivesse assistido a uma ocidentalização do primado do espírito galénico em detrimento da medicina por nós criada, e que resistiria quase um século aos modernos ensinamentos que a escola de Harvey criara na Europa.

A elite da medicina portuguesa fora ensinar e praticar para Paris, Bolonha ou Basileia, onde Francisco Castelo Branco,

Ribeiro Sanches e seus discípulos pontificavam.

Com a separação do reino do Brasil do de Portugal acabaria, quanto a nós, a Medicina Naval como entidade autónoma e criadora de cultura médica, que foi dos traços mais relevantes da expansão portuguesa no mundo.

L

Fotografias obtidas na

Fragata D. Fernando II e Glória



IN MEMORIAM... ao saudoso Antas de Barros

O Gabriel era um rapaz “sui generis”!

Penso que exercia a profissão de advogado na cidade de Braga, capital da província setentrional que foi berço da sua existência.

O Gabriel, tal como eu, integrou o 22º CFORN, na classe de Fuzileiros.

Um dia, no alvor de uma fria manhã de Fevereiro do já longínquo ano de 1974, embarcámos, nove, para juntos, cum-primos comissão de serviço na então Província Portuguesa da Guiné.

Era um rapaz apumado aquele quarto oficial do 5º Destacamento de Fuzileiros Especiais...

Cioso das suas origens minhotas e orgulhoso por envergar a farda da Marinha, recorde, não raras vezes, vê-lo colocar, com inigualável altivez, a bóina azul ferrete com o ferro doirado da Marinha, com que, naqueles tempos, eram distinguidos os melhores de entre os melhores.

Admirava-lhe o esmero, a fidalguia, o espírito indomável, a generosidade e a enorme voluntariedade e prontidão para toda e qualquer missão, “por rios e tarra-

fos”, de que se havia com tranquila eficácia e rigoroso zelo.

Auscultava nele o sonho, grandioso, de servir a sua Pátria, acima de tudo, contra ventos e marés, com honra, valentia e inestimável dignidade... Era exemplar no brio e na tradição!

Corriam, então, os anos meãos da sua efé-



Gabriel Antas de Barros (à esq.) e José Carrajola Horta (à dir.), dando as boas vindas a um novo “Pira di Marinha”, José Ribeiro Andrade (ao centro)

mera passagem por este destino ter-reno que, precocemente, interrompeu.

A notícia chegou brutal, inexorável, há alguns precisos meses!...

Uma curva da estrada atirou a moto que conduzia para um destino sem retorno. Ele, não tenho dúvida, seguiu o caminho que leva a uma nova luz. E lá, no reino dos Justos, reservado terá o lugar de todos aqueles que têm um coração universal, do tamanho desse Mar sem fim, que cruzámos, e que tanto deram na Terra!

Apesar de tardia (mea culpa), esta humilde homenagem ao amigo que dava pelo nome de **GABRIEL CALDAS DE ANTAS DE BARROS**, não pode deixar de ser feita!

Fomos, afinal, camaradas de armas e companheiros de missão.

Que Deus o receba na Luz da Sua infinita glória!

José Manuel Carrajola Horta

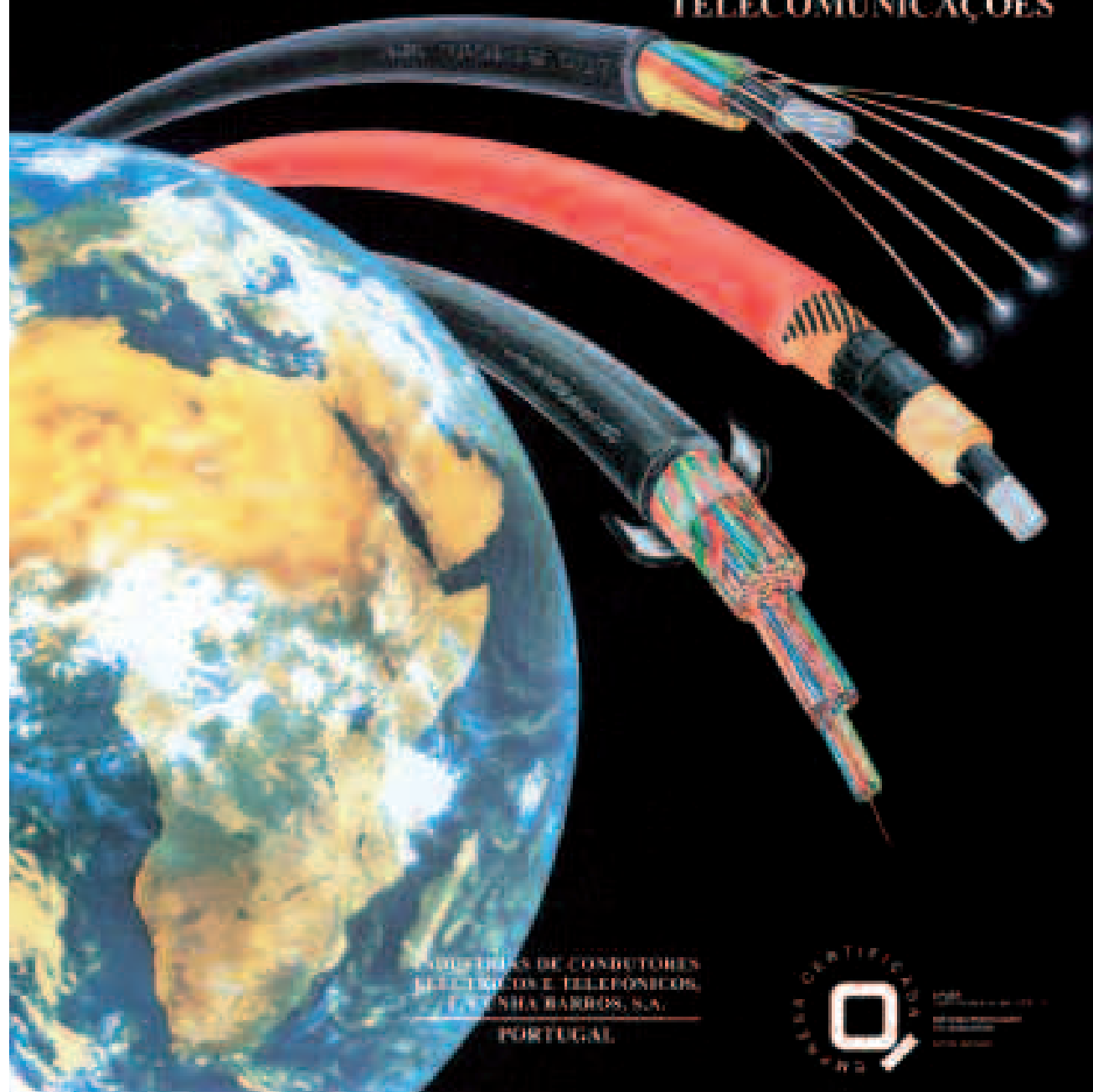
22º CFORN





LINKING THE WORLD

CABOS DE ENERGIA E
TELECOMUNICAÇÕES



INDÚSTRIAS DE CONDUTORES
ELÉCTRICOS E TELEFÓNICOS,
CUNHA BARROS, S.A.
PORTUGAL



ISO 9001:2000
SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE
CERTIFICADO

O CANTINHO DOS POETAS



Casimiro Barreto
47º CFORN

NAVEGAMOS

Por mares já antes navegados...

Obra de Casimiro Barreto, associado da AORN, editada pela Mensagem, foi tema de abertura da página dedicada aos nossos poetas, no número 13 da Revista.

“Camões inspira-o e o oceano sustém-no. Homenageando o Poeta, revê-se nele na ligação que tem com o mar”, escrevíamos então.

Prometemos a publicação de textos desta obra. Aqui estamos a cumprir. Tal como a obra de Camões, estende-se do Canto I ao Canto X. No primeiro, *“o homem espelha através do mar toda a materialização dos seus sonhos. A descoberta, o medo, a coragem, levam-no a querer o conhecimento do que está do outro lado dos vastos oceanos”*, escreve o autor. Deu-lhe o título de:

O FASCÍNIO

Ébrio da ilustre mater lusitana,
Sentindo-me mui preso por saudades,
Das longínquas terras da Taprobana
Queria tanto saber novidades.
De Casablanca, Istambul, de Tirana
E tantas outras míticas cidades.
Senti então envolver-se a minha alma,
Numa paixão tão violenta e tão calma.

Quisera pois o Fado que estes anos,
Vivessem Lusitanas convulsões,
Dessem ao povo muitos desenganos,
E parissem grandes desilusões.
Sofria nosso Império muitos danos,
Confundiam-se aí as multidões
Muitos timoneiros foram ao leme
Duma nau que caturra e toda treme.

Rumando incerto ao vento e à vaga,
Nesta nau naveguei por curtos anos
Exausto na ansiedade desta saga,
Tão confundido nos valores humanos.
Inunda-me o espírito e não se apaga
A imagem tão eterna dos oceanos.
Sentado na areia, alma a vaguear,
Contemplei então longamente o mar

Que novos horizontes em si encerra
O horizonte que a minha vista alcança?
Nascido no manto verde da serra,
Hoje p'lo mar ensaiando esta dança,

Que saudades senti da minha terra,
Que saudades senti de ser criança,
Sorriso nos lábios, cabeça erguida
Tracei novos rumos na minha vida

Estudei nas escolas do Infante
As belas artes de bem navegar.
Foram anos belos, os de estudante,
Que tanto apraz à minha alma invocar.
Aprendemos o uso do sextante
E muitas outras cousas de pascar.
Num misto de encantos e desenganos,
Salgámos a alma nos oceanos.

Todos a bordo que a nau vai partir,
Ela está prestes a fazer-se ao mar.
No cais fica qual lágrima a sorrir,
Na nau partem corações a sangrar.
São homens confundidos a fingir
Que nasceram mesmo p'ra navegar.
Buscam novos rumos, novos destinos,
Sustentando-se nos poderes Divinos...

Perdemos nos astros, no firmamento
A última réstia das vaidades.
Por ser tão curto o nosso pensamento
Enfrentando as cósmicas realidades.
Entregamos nós hoje a alma ao vento
E às mitológicas realidades.
Neptuno, Baco, Afrodite e Marte
São eleitos mestres da nossa arte.

Nos céus, os planetas e as estrelas
Serão nossa futura companhia,
Vão iluminar as manhãs mais belas,
Colorir os céus ao final do dia.
Autores de maravilhosas telas,
Assim como da noite a estrela guia.
Dormir sob o manto da natureza
Saborear o prazer e a rudeza.

Sentir novas ideias, novas gentes
Desvendar sonhos, nobres ideais,
Sentir prazer até ranger os dentes,
Ser feliz até já não poder mais.
E buscar aqueles que são diferentes,
Resposta às nossas questões principais.
Partir num sonho que de tão distante
Uma viagem longa nos garante.

E ditar às cordas de uma guitarra
O poema tão forte e apaixonado
De quem vive a vida com tanta garra
Longe daqui, mas amando o passado.
Largar desta pátria a última amarra,
Entregar-se de corpo e alma ao Fado.
Viver a vida, enfrentar velhos medos,
Voltar a ser menino e a ter segredos.

Nota: O Instituto Camões apoiou o lançamento desta obra

O “e-mail” – Parte I

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Desde sempre que “comunicar” faz parte integrante do relacionamento entre pessoas. Das fogueiras aos sinais de fumo, dos estafetas aos pombos correios e, na modernidade, a utilização dos meios de transporte, marcaram em sucessão, a evolução da comunicação do primarismo empírico ao serviço postal público.

Talvez por três ou quatro vezes na nossa história recente, a descoberta de uma nova tecnologia transformou profundamente a sociedade humana alterando a forma de comunicação das pessoas, umas com as outras, aproximando-as e convertendo as distâncias que as separam em distâncias virtuais.

Morse em 1844, Bell em 1876 e Marconi em 1875 – prémio Nobel da Física em 1909 – fizeram história na evolução das comunicações.

Bastante mais tarde, em 1971, sem a mesma repercussão histórica, Ray Tomlinson, após ter enviado uma série de mensagens de teste para ele próprio, de um computador lado a lado com outro, envia a primeira mensagem de correio electrónico: *QWERTYUIOP*.

Não deixa de ser curioso que a descoberta de um meio de comunicação, tão indispensável quanto universalmente utilizado, tenha deixado na penumbra do esquecimento o inventor do e-mail, sem o relacionar claramente com ele. O tempo encarregar-se-á certamente de inscrever o seu nome na página correcta da história.

Ray Tomlinson, engenheiro da empresa norte-americana ARPAnet, estudou e criou um programa que permitia às instituições ligadas entre si a troca de mensagens em que cada ponto da rede era totalmente autónomo, podendo enviar ou receber mensagens independentemente do percurso.

A informação ou instrução de “estar em”/“at”, representada pelo símbolo “@”, permitia a cada utilizador saber exactamente onde se encontravam todos os outros.



Estávamos no auge da guerra fria e era objectivo prioritário da empresa a preservação dos sistemas de comunicações militares, mesmo em caso de ataque atómico.

Mais tarde, com a utilização alargada a Universidades e Instituições e com a criação de protocolos como o TCP/IP (Transfer Control Protocol/Internet Protocol), uma linguagem “entendida” por todos os computadores a ARPAnet veio a ceder o lugar à Internet, em 1990.

CARACTERÍSTICAS E FUNCIONALIDADES

O correio normal tornou-se tão lento comparativamente ao e-mail que os utili-

zadores da Internet lhe chamam “*snail-mail*” (correio caracol).

O envio de uma mensagem de correio electrónico para outro utilizador da Internet implica, naturalmente, o conhecimento do respectivo endereço que será do seguinte tipo: **aorn95@mail.telepac.pt**, em que **aorn95** identifica o nome de utilizador – POP account – no ISP (Internet Service Provider) e a seguir ao símbolo **@** (que se lê “at” ou “arroba”) vem o endereço do servidor da Internet onde está alojada a conta de correio (nome de domínio): **mail.telepac.pt**.

Os nomes de domínio contêm com frequência uma parte – tipo de domínio – que refere organizações ou instituições como “gov” – governamental –, “edu” – escola ou universidade –, “com” ou “co” – empresas comerciais –, “net” – empresas da Internet.

No exterior dos EUA, os nomes de domínio terminam frequentemente com o código do país, no nosso caso “pt”.

Os endereços de e-mail nunca contêm vírgulas, espaços ou parêntesis, mas podem incluir hifens, espaços sublinhados ou letras maiúsculas.

O e-mail não está limitado à recepção e ao envio de mensagens permitindo:



- Enviar mensagens só para uma ou para um qualquer número de pessoas, simultaneamente.
- Anexar sons, imagens, videos e qualquer tipo de ficheiros, juntamente com as mensagens.
- Adicionar assinaturas, criar livros de endereços, estabelecer prioridades no envio, condicionar a recepção, etc.
- Organizar com extrema simplicidade o arquivo de mensagens recebidas e enviadas

Embora o correio electrónico tenha como suporte a Internet, sem a qual não teria existência, não é menos verdade que a utilização massiva do correio electrónico provocou um enorme crescimento da própria rede. Nesta altura, é suposto terem sido ultrapassados os 450 milhões de utilizadores.

Os próprios Serviços Públicos dão o exemplo e hoje mais de 90% dos organismos públicos possuem endereço de correio electrónico em que a maioria é contactável directamente pelo comum cidadão para sugestões, críticas, reclamações, informações, etc.

Em algumas repartições e serviços mais modernizados, o pedido de informações ou a apresentação directa de problemas com envio de formulários preenchidos já é possível, incluindo a própria confirmação de recepção.

Outra característica curiosa do correio electrónico consiste nas “mailing lists” em que cada um se pode inscrever ou subscrever, caso esteja interessado.

Passando a integrar uma “mailing list”, ao enviar uma mensagem, ela será distribuída a um conjunto mais ou menos numeroso de utilizadores igualmente subscritores. De igual modo, cada um poderá ficar com a caixa de correio a abarrotar pelas mensagens enviadas por outros utilizadores.

São numerosos os programas de aplicação de correio electrónico.

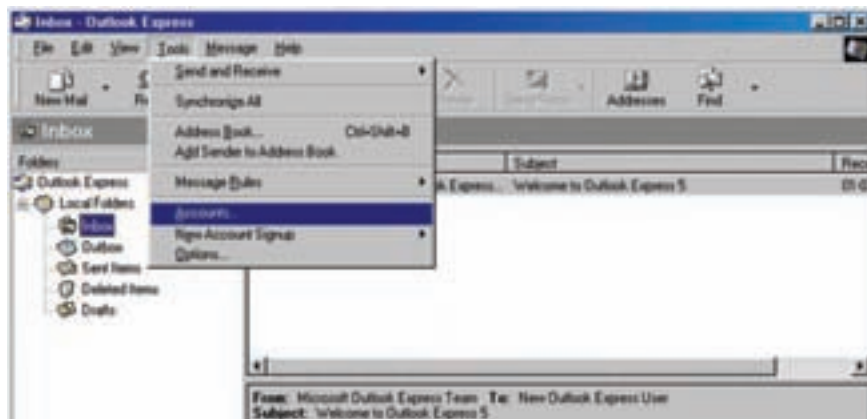


Figura 1

Entre outros, citam-se o Eudora e Pegasus – os pioneiros –, ou o Messenger e o Outlook Express, sendo este último o mais utilizado por vir integrado no próprio sistema operativo.

CONFIGURAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO

Admitindo já estar efectuada a configuração de acesso ao ISP – Internet, no caso do Outlook Express, a(s) respectiva(s) caixas de correio serão configuradas a partir do menu menu “ferramentas” (*tools*) e, dentro deste, seleccionando “contas” (*accounts*) para a configuração completa (Figura 1).

Será solicitado o preenchimento de vários campos, nomeadamente:

- a informação da nossa “conta” (o servidor POP account), tal qual nos é fornecida pelo nosso ISP – *aorn95@mail.telepac.pt* (Figura 2);

- o “*e-mail address*” e o “*reply address*” idênticos à nossa conta;
- o servidor de correio POP 3 (Post Office Protocol, version 3) – *mail.telepac.pt*, idêntico no envio e na recepção (Figura 3); e, finalmente,
- o nosso “*username*” e “*password*”, tal como nos são fornecidos pelo ISP.

Recomenda-se vivamente não deixar habilitada a caixa “lembrar password” (*remember password*) para evitar o acesso simplificado ao correio electrónico por outros utilizadores do computador – desta forma, será necessário introduzi-la sempre.

Outro procedimento importante será a sua alteração periódica, efectuada directamente nos serviços do nosso ISP, na própria página onde temos acesso, dificultando tentativas de violação de correio.



Figura 2



Figura 3

OS ACENTOS E AS CORES

A Internet, com base na língua inglesa, não teve em conta a complexidade dos nossos caracteres especiais, como os acentos.

Mas, dentro das evoluções efectuadas, passou-se de 128 caracteres iniciais para o dobro, em que estão incluídos os acentos.

Assim, nas “opções” (*options*) – “enviar” (*send*), basta activar o envio de mensagens em formato “MIME” e simultaneamente aproveitar para activar ao mesmo tempo o “Quoted Printable” – QP, que permitirá a interpretação correcta do texto sem quebra de linhas (*Figura 4*).

Também as cores poderão ser utilizadas nas mensagens (*Figura 5*) a opção de “formatar” (*format*) as mensagens em “Rich TEXT” (HTML) – como se se tratasse de uma página Internet.

Passa a estar disponível uma barra de ferramentas adicional para trabalhar a mensagem.

EDUCAÇÃO, SMILEYS E ASSINATURAS

Enquanto que, na escrita normal, se conota o encarnado com má educação, em mensagens aplica-se o conceito à escrita

total em maiúsculas. Significa “gritar”, com difícil leitura e reacções negativas.

Por outro lado, a amizade e cumplicidade podem incentivar a utilização de “smileys”, não correspondendo a mais do que expressões de rosto transmitidas com os caracteres do próprio teclado: “;-)” ou “:-)” – no Word, ao digitar estes caracteres transformam-se automaticamente num “smiley”.

Finalmente, é possível personalizar o envio de mensagens assinando-as (*Figura 6*). Consoante a familiaridade de

relacionamento com o destinatário, essa assinatura pode ir desde um simples toque pessoal, passando por uma frase ou um ditado, até à assinatura pessoal, informal e digitalizada, introduzida a partir de um ficheiro do guardado no disco.

Manuel Lema Santos
8º CEORN

(*Continua*)

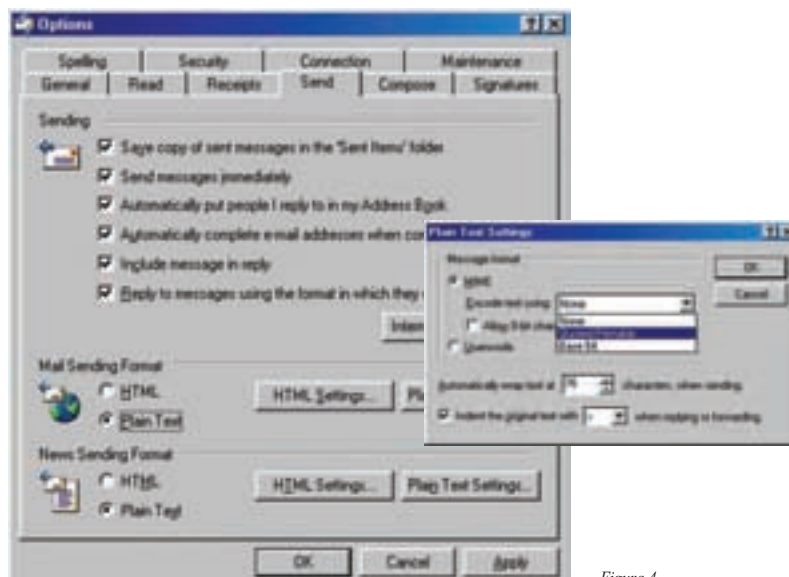


Figura 4

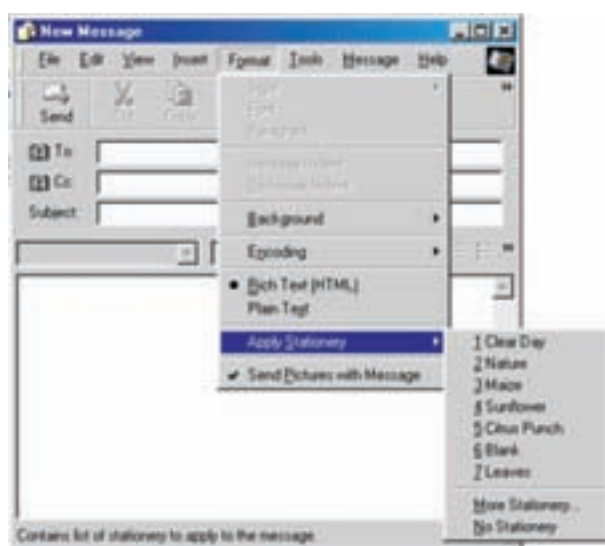


Figura 6

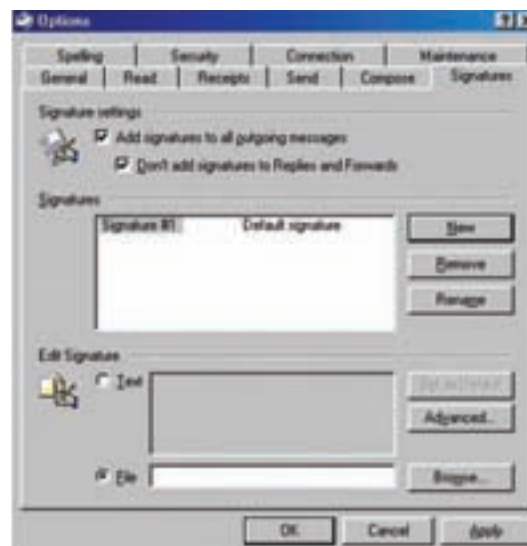


Figura 5



50 anos de boas impressões.

ALJA NEVES FERREIRA, N.º 13 • 1179-273 LISBOA • TEL: 21 814 32 78 • FAX: 21 812 20 22

www.graficamonumental.pt

FRINDUS
FRIO INDUSTRIAL, Lda.

Carrier
TRANSICOLD

A Solução para o seu Transporte Frigorífico



< **Assistência 24 horas** >

Portugal > 24 centros > 21 444 98 00
Europa > 400 centros > 800 832 283



OS GRANDES DESAFIOS DOS OCEANOS – Parte I

O ESPAÇO MARÍTIMO

O oceano,... ou os oceanos, de novo.

O mar, a nostalgia, talvez mil e quinhentos, os navegadores, a cruz de Cristo, ou quem sabe os Lusíadas,... mas não. Apenas a enigmática imensidão azul que liga os continentes, que caracteriza as nações que banha e as torna dependentes de si própria. A permanência da natureza afirmando a sua significância. Para um país ribeirinho, ignorá-lo poderá tornar-se um erro grosseiro.

Quando em conversa com alguns camaradas sobre a sugestão de um contributo para a Revista da AORN, ocorreu-me um episódio interrompido alguns anos atrás, mas que, pela sua actualidade, creio ser de novo um desafio apetecido.

O desenvolvimento que o mundo conheceu nas últimas décadas, conduziu o homem a uma reflexão mais profunda sobre os oceanos. À medida que os recursos da terra firme se vão esgotando a uma velocidade incrível, o homem concentra cada vez mais os seus esforços naquilo que se apresenta como o último recurso natural da Humanidade.

Simultaneamente tenta desvendar os seus enigmas e utilizar o conhecimento que este lhe proporciona na inovação científica

e tecnológica numa multiplicidade de áreas: o transporte marítimo, a exploração de recursos, o lazer, a investigação científica e a defesa.

É assim minha intenção, nos próximos números da nossa revista, apresentar uma abordagem mais específica sobre cada um destes temas que, no seu conjunto, representam as potencialidades económicas e estratégicas do espaço marítimo português. No entanto, para que estas possam ser convenientemente entendidas, torna-se necessário conhecer o enquadramento jurídico das diferentes áreas que o compõem.

Uma quantidade enorme de instrumentos jurídicos, quer de âmbito nacional quer internacional, definem as possibilidades e obrigações das nações no que se refere à gestão das actividades relacionadas com o mar.

Definido e regulamentado pela UNCLOS (*United Nations Convention on the Law of the Sea*), realizada em Montego Bay a 10 de Dezembro de 1982, ratificada por Portugal através do Decreto nº 67-A/97, e ainda pelo Direito Interno Português, o nosso Espaço Marítimo representa uma área cerca de 18 vezes superior ao Território Continental, como se pode visualizar através da Figura 1.

Diferentes direitos e deveres são aplicáveis às diversas áreas que compreendem este espaço, bem como diferentes regimes jurídicos lhes são imputados. Não pretendendo fazer uma análise exaustiva da questão jurídica, vamos no entanto navegar por algumas das suas noções básicas para um melhor entendimento dos limites, obrigações e potencialidades que estes representam para Portugal.

MAR TERRITORIAL

O Mar Territorial é constituído pelas águas marítimas situadas para além do limite exterior das Águas Interiores do Estado, estendendo-se por uma faixa de largura uniforme seguindo os recortes da costa ou a linha de base estabelecida. Tem uma largura máxima de 12 milhas marítimas, contadas a partir da linha de base que delimita as Águas Interiores do Estado (Figura 2).

O estado ribeirinho tem poderes soberanos sobre o Mar Territorial, sobre o espaço aéreo sobrejacente, assim como sobre o seu leito e subsolo.

Estes poderes, porém, não são tão intensos como aqueles que recaem sobre a terra firme. Os Estados costeiros não podem normalmente opôr-se à passagem inofensiva ou inocente, uma vez que esta constitui um direito de terceiros Estados, incluindo Estados interiores. Do mesmo modo, também lhe não é lícito opôr-se à passagem, em trânsito, nos troços que se incluem em estreitos utilizados pela navegação internacional.

Conjuntamente com a Zona Contígua, este espaço representa actualmente a zona mais rica do nosso espaço marítimo, no que respeita à exploração de recursos.

ZONA CONTÍGUA

Os Estados ribeirinhos podem estabelecer uma zona adjacente ao seu Mar Territorial, que se designa por Zona Contígua, e que a UNCLOS fixou numa largura máxima de 12 milhas marítimas,



Figura 1

contadas a partir da linha limite exterior do Mar Territorial (Figura 2). Portugal fixou a sua zona contígua nas 12 milhas.

Embora basicamente submetidas ao estatuto do Alto Mar, é permitido ao Estado ribeirinho exercer nestas águas poderes de prevenção e repressão de delitos em matéria fiscal, aduaneira, sanitária ou de emigração, que venham a ser praticados nesta zona.

Inicialmente criada para servir como zona de protecção ao Mar Territorial, os poderes do Estado costeiro na Zona Contígua foram ampliados pela Convenção de Montego Bay no que respeita a achados de natureza arqueológica e histórica.

Considerando a protecção destes achados um dever dos Estados costeiros, a Convenção veio permitir-lhes estabelecer que a remoção desses objectos do leito e subsolo, sem a sua autorização, possa ser considerada como infracção cometida em terra firme, ou no Mar Territorial.

PLATAFORMA CONTINENTAL

Com a UNCLOS, o critério de definição da Plataforma Continental, que até aí se fundamentava na profundidade, passou a fundamentar-se na distância.

A Plataforma Continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base, a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância (UNCLOS Art.º 76-1º).

A margem continental compreende o prolongamento submerso da massa terrestre do Estado costeiro e é constituída pelo leito e subsolo da plataforma continental, pelo talude e pela elevação continentais. Não compreende nem os grandes fundos oceânicos, com as suas cristas oceânicas, nem o seu subsolo (UNCLOS Art.º 76-3º).

Na Plataforma Continental, o Estado cos-

teiro tem direitos exclusivos no que respeita à exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais, isto é, exerce direitos de soberania.

A Plataforma Continental portuguesa desenvolve-se até cerca das 20 milhas marítimas da costa, dando início ao talude que desce até cerca dos 2000 m de profundidade. Têm sido praticamente remetidas a esta zona as nossas actividades no que respeita à investigação e exploração de recursos, ou seja, até cerca das 24 milhas da costa. A partir daqui, e tanto quanto se conhece, sucede-se um grande deserto de águas azuis e estéreis.

ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA

Definida pela UNCLOS como a área adjacente ao Mar Territorial, a Zona Económica Exclusiva é submetida a um regime específico, que não exclui os direitos e liberdades dos outros Estados e que se consubstanciam nas chamadas “liberdades do Alto Mar”.

A ZEE estende-se por uma largura até ao máximo de 200 milhas marítimas, contadas desde a linha de base a partir da qual se conta a largura do Mar Territorial.

Os poderes soberanos reconhecidos ao Estado ribeirinho na ZEE traduzem-se nos direitos de gestão, conservação, exploração e extracção dos recursos vivos e não vivos existentes na coluna de água abrangida pela ZEE, bem como no aproveitamento das potencialidades energéti-

cas dessa coluna e da camada aérea que sobre ela assenta.

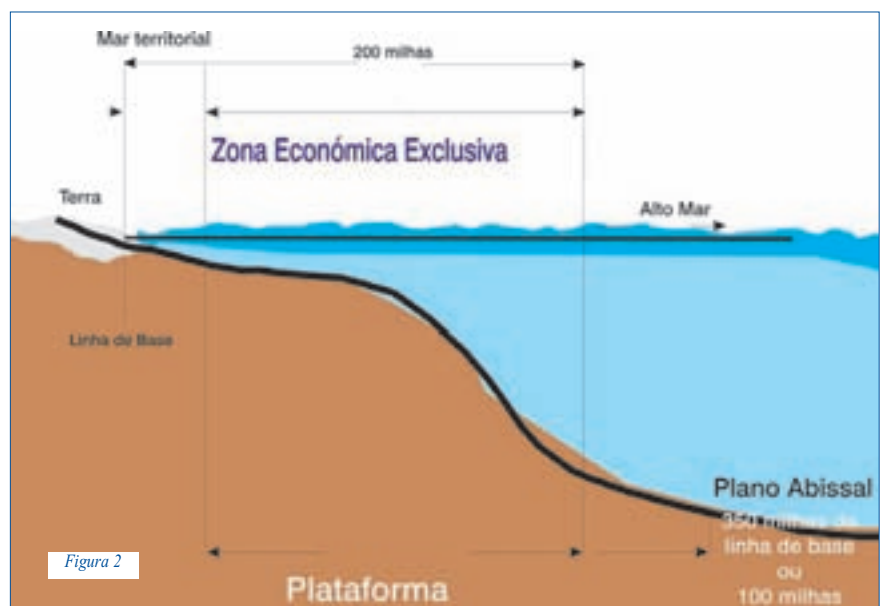
A ZEE portuguesa, como já atrás foi referido, estende-se por uma área cerca de 18 vezes superior à terra firme. Contudo, apesar da sua extensão e tanto quanto se conhece, a nossa ZEE representa hoje um potencial essencialmente estratégico.

Muito embora possamos normalmente observar navios de investigação científica estrangeiros na nossa ZEE, durante praticamente todo o ano, as actividades nacionais neste campo têm sido extremamente reduzidas.

Como podemos verificar através do desenho da nossa ZEE, esta prevê a exigência de uma grande capacidade de investigação e gestão dos seus recursos, assim como de fiscalização e controlo das actividades que sobre ela forem exercidas. A prevenção e combate à poluição, a fiscalização e exploração dos nossos recursos e a assistência e salvamento nesta vasta área serão algumas das preocupações que devem estar presentes na definição de uma estratégia para a nossa Zona Económica Exclusiva.

Casimiro Barreto
47º CFORN

(Continua)



A LINHA DO CACHEU



Elísio Alfredo Pires Carmona

O DIRECTO DO CACHEU - FARIM

Cada combóio era um combóio. Quero com isto dizer, que todos tinham ingredientes suficientes para que nunca se estabelecesse qualquer rotina, para lá das normais tarefas do governo e da segurança, que uns, valha a verdade, respeitavam mais do que outros.

Nunca troquei impressões com os meus camaradas sobre combóios. Acho que nunca ninguém me perguntou, nem eu perguntei: - Correu tudo bem? O facto de partir e voltar, 15 dias depois, mais dia menos dia, era suficiente. Manifestá-vamos a nossa alegria, muitas vezes discretamente, e pronto.

O *ORDMOVE* era cumprido...

Era? Era, era cumprido. Mas...

Mas, no directo CACHEU-FARIM não foi. Nem para cima, a caminho de Farim, nem para baixo, rumo à passagem de S. Vicente.

Tendo chegado a Vila Cacheu por volta das 15 horas, com tempo para saudar os camaradas do DFE e dar umas voltas pelo burgo, no caminho de regresso às

LDM's cruzei-me com o Calado.

– Ó senhor tenente! A que horas é a saída amanhã?

Uns segundos de silêncio, embaraçosos, que o *Ordmove* até era confidencial (?)... logo interrompidos, também com algum embaraço, pelo Patrão:

– Ó senhor tenente, fica só entre nós. Sabe, é que quem programa os combóios, com base nos elementos disponíveis, nem sempre conhece bem a realidade. Nós que passamos aqui a vida, ganhamos outras referências que nos ajudam bastante e que nos levam a fazer as coisas à nossa maneira. Respeitando sempre o essencial. Na Lancha explico-lhe...

E explicou. *Ordmove* em cima da mesa e a Tabela das Marés aberta na página certa, eis os ingredientes para a 2ª lição – a 1ª tinha sido, lembram-se, em Bissau, no 1º combóio.

– A maré começa a virar às 6 da manhã. Significa que às 5 está quase parada, ou mesmo parada. Se sairmos por essa hora, a crista da onda vai apanhar-nos já acima – a montante, claro – de Jolméte, o que faz que andemos mais depressa.

– Está decidido, Calado.

Foi assim que, por volta das 4 e 30, motores a trabalhar e duas buzinas sonoras, puseram toda a gente de pé em três tempos e a andar, antes que pelo menos na outra Lancha – e o Popey também devia ter consultado a Tabela e feito os seus cálculos – tivessem tempo de questionar a sua surpresa: Já?

Às 15, com duas horas de avanço sobre o horário previsto, deixámos batelões em Ganturé e, gasto o tempo suficiente para os

cumprimentos da ordem, aos camaradas residentes, ala que se faz tarde a caminho de Binta, onde ficaram mais dois batelões e, sem detença, rumo a Farim, já o Sol a baixar significativamente no horizonte.

Aportámos à *Cidade Fim de Linha*, pelas 21 horas, já que no troço final, com a maré a inverter o ciclo, a marcha se foi tornando lenta. Soube mais tarde que no Estado Maior, onde pontificavam, entre outros, pelo menos na logística – patentes às malvas, o Almeida Carvalho, o Jorge Soares, o Aguillar e o Beato, este do meu CFORN, – se interrogaram, meio baralhados, ao receberem a obrigatória MENSAGEM DE CHEGADA, identificada com um nome inglês que já esqueci “(...) não era para chegar amanhã de manhã?...”

Claro que a partir daqui, nos meus combóios, passou a ser respeitado apenas o envio da Hora de Chegada ao Destino, nunca batendo certo com o referido na Carta de Movimento, – vulgo *Ordmove* – como é óbvio.

Tive oportunidade, ainda neste combóio, de o justificar. É que, sem que alguém dos presentes, mais do que eu próprio, imaginava eu, soubesse da hora da saída, a meio da manhã apareceu um indivíduo negro a perguntar-me a hora da partida. Que tinha um motor...avaria reparada... para enviar..., aproveitando a boleia, já nem sei para onde. Claro que dei ordem de andamento com a antecipação de 2 horas, depois de me ter certificado de que tudo estava aprontado – “a DEPART” essa, foi enviada à hora justa...

Elísio Alfredo Pires Carmona

15.º CFORN



PÕE O HOMEM A ANDAR NOS EIXOS.



ContiSportContact 2

O novo ContiSportContact 2

O novo **ContiSportContact 2** introduz o elemento precisão máxima. A configuração da escultura do piso bem como os contornos especiais do novo AMC (Advanced Mold Concept) asseguram uma resposta de direcção extremamente precisa, uma excelente estabilidade em curva e uma fabulosa performance em travagem. Em acréscimo, a adopção de um inovador composto de sílica veio conferir ao **ContiSportContact 2** uma surpreendente aderência em piso molhado. Trata-se de um pneu topo de gama que supera, substancialmente, os limites do sector da alta velocidade. Prazer e divertimento sem fim.

www.conti-online.com

DO IT WITH GERMAN ENGINEERING

Continental®

exclusive

*A proximidade com os nossos clientes
tem um objectivo: estar tão perto
de si e dos seus interesses
quanto um banco pode e deve estar.*

O novo serviço Atlântico Exclusive oferece-lhe o acompanhamento personalizado de especialistas cuja missão é dedicarem-se, em exclusivo, a si e à sua carteira de investimentos. Assim, e para que possa dar sempre o melhor destino ao seu dinheiro, fale com o seu Consultor Exclusive. Estaremos sempre disponíveis para o esclarecer, e para isso, vá ver que nada é melhor do que conversar.

Atlântico | Exclusive
Investimento com Conselho